

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Vitor Azevedo Pereira**

**Efeitos da Lei do Concubinato sobre Fecundidade no  
Nordeste Brasileiro**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Economia da PUC-Rio.

Orientador: Juliano Junqueira Assunção

Rio de Janeiro

Março de 2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Vitor Azevedo Pereira**

**Efeitos da Lei do Concubinato sobre Fecundidade no  
Nordeste Brasileiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-Rio. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada.

**Juliano Junqueira Assunção**  
Orientador  
PUC-Rio

**Cláudio Ferraz**  
IPEA

**Sérgio Firpo**  
PUC-Rio

**Rodrigo Soares**  
PUC-Rio

**João Pontes Nogueira**  
Coordenador(a) Setorial do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de março de 2007

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### Vitor Azevedo Pereira

Graduou-se em economia pela PUC-Rio em 2005. Cursou o mestrado em Economia pela mesma instituição entre 2005 e 2007.

#### Ficha Catalográfica

Pereira, Vitor Azevedo

Efeitos da lei do concubinato sobre fecundidade no nordeste brasileiro / Vitor Azevedo Pereira ; orientador: Juliano Junqueira Assunção – 2007.

57 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Economia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Economia – Teses. 2. Fecundidade. 3. Investimentos. 4. Matrimônio. 5. Concubinato. 6. União estável. 7. Filhos. 8. Nordeste. I. Assunção, Juliano Junqueira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Economia. III. Título.

CDD: 330

Aos meus pais, Vagner e Luci.

À minha avó Dalva.

Ao meu orientador, Juliano.

## Agradecimentos

Essa dissertação, de certa forma, marca o fim de um ciclo iniciado em 2001, quando iniciei minha graduação em economia na PUC-Rio. Ficam aqui abaixo meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para fazer desses anos um período tão proveitoso.

Ao meu orientador Juliano Assunção devo integralmente a realização dessa dissertação. Não fosse sua tenacidade, segurança, apoio, comprometimento, amizade, confiança e dedicação a esse trabalho, não sei até onde eu teria chegado. O início dessa nossa parceria se deu ainda no final do terceiro ano da graduação, quando fui sondar-lhe sobre a possibilidade de me orientar em uma monografia PET. Desde então, de nossas inúmeras conversas e discussões, ficaram inúmeras lições de como fazer pesquisa, além de uma visão muito mais complexa e despida de preconceitos de enxergar as relações econômicas. Se um dia voltar à academia, espero que esta seja apenas uma primeira etapa de uma parceria de muito sucesso.

Aos meus colegas de mestrado, seja pelo convívio diário nos estudos, pela preparação para as provas e listas, cafés, discussões e pelas idéias, qualquer agradecimento aqui ficará muito aquém do justo. Meu muito obrigado à Aline, Antônio, Bernardo, Diogo, Edson, Felipe, Gabriel, Ivo, Joana, Júlia, Marcão, Marcos Vinícius, Nelson, Pedro, Sérgio, Romero, Tomás e Vivian.

À Simone Wajnman e Bernardo Lanza Queiroz, pelos comentários e sugestões de bibliografia na área de demografia. Ao Gustavo Gonzaga e Vinícius Carrasco, pelos comentários e sugestões. Aos demais participantes do XXXIV Encontro Nacional de Economia, em Salvador, e do workshop do IPEA.

Ao Cláudio Ferraz, pela leitura cuidadosa da dissertação e pelas várias críticas e sugestões na defesa e no workshop do IPEA. Aos professores Rodrigo Soares e Sérgio Firpo, além do conhecimento ministrado na área de economia do trabalho e micro-econometria, pela leitura extremamente pormenorizada e atenta do texto e pelas inúmeras sugestões.

Aos demais professores que me tanto me incentivaram ao longo desses seis anos de economia na PUC: Rogério Werneck, Francisco Ferreira, Ilan Goldfajn, José Márcio Camargo e Juarez Figueiredo.

À Graça, pela extrema competência com a qual resolveu todas minhas questões burocráticas na PUC. À Bianca, Roseli, Sônia e Luciano, pela igual competência com a qual realizam seus trabalhos.

Ao Cnpq, pela ajuda financeira .

À minha avó, Dalva, pelo carinho e pela acolhida no Rio de Janeiro durante o mestrado. Ao meu irmão Vinícius, meu pai Vagner e minha mãe Luci, um agradecimento especial por todo apoio incondicional que me dedicaram durante todos esses anos.

A todos vocês, meu muito obrigado.

## Resumo

Pereira, Vitor; Assunção, Juliano Junqueira. **Efeitos da Lei do Concubinato sobre Fecundidade no Nordeste Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2007. 58p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Um dos aspectos mais importantes na determinação da fecundidade é a segurança que o casamento proporciona no caso de uma dissolução da união. Nessa dissertação, apresento uma evidencia de que um maior nível de segurança na relação leva a uma intenção de fecundidade maior. Ao analisar o experimento natural proporcionado pela “Lei do concubinato”, identifico um aumento do numero desejado de filhos pelas concubinas afetadas pela lei. Esse aumento é acompanhado por uma diminuição na probabilidade de uma concubina vir a se esterilizar. Os resultados encontrados continuam validos apos a vários testes de robustez.

## Palavras-chave

Demografia; Casamentos; Separações; Fecundidade; Crianças

## Abstract

Pereira, Vitor. Assunção, Juliano Junqueira (Advisor) **The effects of the Alimony Rights Over Fertility in the Brazilian Northeastern Region**” Rio de Janeiro, 2007. 57p. Msc Dissertation - Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

One of the aspects of main importance on the determination of fertility is the insurance that marriage creates over a possible dissolution of the relationship. In this article, we present evidence that a greater level of insurance leads to a greater fertility. By analyzing the natural experiment given by the approval of the Cohabiting Law in December of 1994, we identify an increase on intentions of pregnancy by poor women directly affected by the Law. This increase is accompanied from a reduction on the probability that cohabiting women make a sterilization surgery. Our results are valid under many robustness checks.

## Keywords

Demography, Marriage; Marital Dissolution; Fertility; Children

## Sumário

1	Introdução	12
2	Revisão da Literatura	15
3	Contexto Institucional	18
3.1.	O Concubinato no Brasil e no Mundo	18
3.2.	A Lei do Concubinato	20
4	Base de Dados	21
4.1.	A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS Brazil)	21
4.2.	Estatísticas Descritivas	22
4.3.	Variáveis de Planejamento Familiar	26
5	Estratégia de Identificação	29
6	Resultados	33
6.1.	Número ideal de filhos	33
6.2.	Cirurgia de esterilização	38
7	Exercícios de Robustez	41
7.1.	Tendência Temporal	41
7.2.	Outros indicadores de Fecundidade	42
7.3.	Outros indicadores de pobreza do domicílio	43
7.4.	Amostra Placebo	45
7.5.	Migração	46
7.6.	Recomposição por casamentos e separações	48
7.7.	Propensity Scores Matching	50
8	Conclusão	54
9	Bibliografia	55

## Lista de tabelas

Tabela 1: Descrição das variáveis	23
Tabela 2: Características por estado conjugal e ano da pesquisa	25
Tabela 3: Método anticoncepcional e Desejo por filhos	27
Tabela 4: Método anticoncepcional por número de filhos tidos	28
Tabela 5: Classificação segundo elegibilidade da Lei	29
Tabela 6: Grupos de tratamento e comparação	30
Tabela 7: Características dos grupos de tratamento e comparação	32
Tabela 8: Resultados: Número ideal de filhos	33
Tabela 9: Número ideal de filhos: Decomposição rural e urbana	36
Tabela 10: Resultados: Probabilidade de esterilização	39
Tabela 11: Esterilização: Decomposições do efeito	40
Tabela 12: Robustez: Outros indicadores de fecundidade	42
Tabela 13: Robustez: Outros indicadores de pobreza	45
Tabela 14: Robustez: Amostra placebo	46
Tabela 15: Robustez: Migração rural e urbana	47
Tabela 16: Robustez: Mudança de estado conjugal	49
Tabela 17: Robustez: Escores de propensão	52

## Lista de Figuras

Figura 1: Número ideal de filhos, 1986 e 1991	41
Figura 2: Número realizado de filhos, 1986 e 1991	41
Figura 3: Número de casamentos no Brasil 1991/2000	48
Figura 4: Taxa de nupcialidade geral no Brasil 1991/2000	48
Figura 5 : Pareamento por escores de propensão	51

# 1. Introdução

*“Why do people do marry outside their religion, race, age, or educational class (...)? These individuals do not appear to be ignorant of the risk. They have fewer children and in other ways act as they anticipate a higher probability of divorce.”*

*Gary Becker- A Treatise on the Family- 1981*

A forma como uma sociedade se constitui em famílias é fundamental para a determinação do crescimento e da distribuição de sua renda no longo prazo. Aspectos matrimoniais são determinantes, entre outras coisas, da taxa de fecundidade da população, da participação feminina na força de trabalho, das decisões de consumo e investimento ou da transmissão entre gerações dos níveis de desigualdade de renda, de habilidades e de características genéticas (Becker, 1981).

Assim como um seguro de automóvel ou uma relação trabalhista, o casamento pode ser analisado como um contrato. Ao trocar as alianças no altar, cada esposo se compromete a assumir um compromisso de fidelidade e a ser punido caso descumpra seus votos nupciais (Dnes, 2002). É através do contrato matrimonial que se protegem os investimentos em capitais específicos do casamento, dos quais o principal é a geração e criação de filhos (Becker, 1981).

O contrato matrimonial é regulado por uma combinação de leis que definem desde a possibilidade ou não de separação até as obrigações de apoio financeiro ao filho e ao ex-cônjuge no caso do divórcio. A definição desse arcabouço legal possui um impacto direto sobre o nível de bem estar de cada membro do casal e de seus filhos.

Entre as camadas mais pobres da América Latina, porém, inúmeras famílias são constituídas à margem da proteção legal conferida pelo contrato de casamento. Segundo Martín(2006), na América Latina a proporção de casais em união consensual em meados da década de 1990 variava entre 12% no Chile e 62% na Republica Dominicana. Para tais casais, a não que haja leis específicas equiparando a união estável ao casamento civil, o arcabouço jurídico que regula o casamento tem alcance apenas limitado.

Sem poder contar com o amparo da justiça no caso de separação, é de se esperar que tais casais enfrentem uma maior instabilidade e um menor retorno aos investimentos feitos na relação (Stevenson, 2007). Um dos maiores prejudicados pela falta de regularização da união podem acabar sendo os filhos desses casais. Segundo a literatura recente, crianças vivendo em famílias nas quais um dos pais biológicos está ausente são mais propensos a desenvolver problemas de comportamento e a terem piores rendimentos escolares (Gruber, 2000; Ginter e Pollack, 2004; Brown e Flinn, 2007).

Este trabalho tem como objetivo investigar a ligação causal entre a proteção dada pelo contrato matrimonial e os níveis de fecundidade desejada por mulheres unidas. A fonte de identificação desse efeito é dada pela aprovação pelo Congresso Brasileiro, no limiar de 1994, da Lei do Concubinato, que estendeu às mulheres em coabitação o direito de requerer pensão alimentícia.

Até então, o direito de alimentos destinados ao filho do casal era plenamente reconhecido, estivesse este em coabitação ou em união formal. Já o direito de pensão alimentícia destinada ao cônjuge que pudesse ter necessidade de ajuda financeira estava restrito aos casais em situação formal. A Lei do concubinato equiparou esse direito entre casais em situação formal e informal.

Para estimar o efeito da legalização da união de casais em concubinato sobre sua fecundidade, faço uso da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS Brazil), coletada na região Nordeste em 1991 e 1996. Como a lei não atinge casais já legalizados, comparo a diferença do número desejado de filhos antes da lei entre casais legais e informais com a mesma diferença após sua aprovação.

As estimativas de diferenças em diferenças encontradas mostram que mulheres em concubinato desejam ter menos filhos do que mulheres casadas, e que a Lei teve o impacto de aumentar o número médio de filhos desejado pelas concubinas, em 0,33 filho por mulher, quando comparadas com mulheres casadas. Isso corresponderia a um aumento bruto em torno de 20 % na fecundidade desejada por concubinas decorrente da aprovação da Lei do Concubinato caso não houvesse uma tendência comum de redução da fecundidade desejada.

A estimativa do efeito é ainda maior quando se analisam apenas as mulheres que habitam o campo. Na área rural, a passagem da lei gera um aumento de (1) um filho desejado por cada mulher concubina. Antes da lei, mulheres em uniões informais desejavam ter (1) um filho a menos que suas contrapartes casadas. Após

sua aprovação, com os mesmos direitos assegurados no caso de separação, o desejo por filhos dos dois grupos passa a ser o mesmo.

De forma a identificar se esse acréscimo do desejo por filhos pode significar um aumento real da fecundidade das mulheres analisadas, comparo a probabilidade de que uma mulher concubina e uma mulher casada venham a realizar uma cirurgia de esterilização. Os resultados encontrados mostram uma queda em torno de 10% sobre a probabilidade de que uma concubina já tenha sido esterilizada, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 25% na proporção de mulheres esterilizadas. Na área rural, esse efeito é concentrado entre concubinas que já tem dois filhos e deixam de se esterilizar para ter o terceiro.

Rangel (2006) analisa o mesmo experimento para refutar a hipótese de que a distribuição de recursos dentro do domicílio seria feita de forma unitária, maximizando o bem estar agregado da família. Segundo o autor, a lei teria como efeito deslocar o poder de barganha do casal na direção das mulheres, aumentando a influência delas nas decisões domésticas. Em consequência disso, a probabilidade de a mulher trabalhar teria caído em 3,2% e chance de a filha primogênita cursar a escola teria aumentado na mesma proporção.

Nesse trabalho, analiso o impacto da Lei do concubinato sobre a o número de filhos que cada mulher deseja ter, e não sobre o número de filhos que o casal efetivamente teve. A diferença entre as duas variáveis é importante na medida em que a primeira, a salvo por racionalização da mulher, é imune ao processo de barganha na divisão dos recursos domésticos e dos investimentos na relação. É razoável supor que marido e mulher desejem ter um número diferente de filhos, e que o número de filhos tidos pelo casal ao final do ciclo reprodutivo da mulher seja o resultado de uma barganha (Rasul, 2006-a). Não é razoável, porém, que o casal barganhe sobre as preferências de cada cônjuge.

A impossibilidade barganhar o número desejado de filhos pela mulher nos leva a crer que a Lei do concubinato aja sobre as variáveis de decisão do casal por outros meios que não somente a redistribuição do poder de barganha em favor da mulher. Em particular, argumento que a segurança proporcionada pela Lei do Concubinato, ao aumentar o custo do divórcio e garantir uma renda ao membro de pior situação financeira, acabou por diminuir o risco associado aos investimentos na quantidade de filhos. Com uma relação menos instável, o retorno esperado dos investimentos em capital específico do matrimônio também aumentaria.

## 2. Revisão da Literatura

Comprar ou não uma casa própria, ter ou não filhos e quantos tê-los são algumas das decisões que um casal deve tomar e que afetam não só a qualidade futura da relação assim também como a probabilidade de ela que venha um dia a acabar. No momento em que um casal decide ter um filho, é feito um investimento intrínseco àquela relação e que aumenta o valor de o casal permanecer unido. Cada um dos pais espera derivar uma utilidade futura do contato com o filho e, no caso de separação, um deles abrirá mão de grande parte do contato com o filho.

A especialização de cada cônjuge nas tarefas em que possui vantagem comparativa (Becker,1981) também é específica à relação, não tendo valor algum fora dela. A situação é semelhante à de uma firma que deve decidir investir em capital humano específico de seus funcionários, oferecendo-lhes treinamento. O treinamento aumenta o valor daqueles funcionários para a firma, mas é nulo caso ele mude de emprego (Jovanovic,1979). No momento em que uma Lei aumenta os custos de demissão desses funcionários, o retorno aos investimentos em treinamento feitos em funcionários já contratados aumenta.

Um dos maiores prejudicados pelo divórcio é a criança. Weiss e Willis (1985) argumentam que o filho é um bem público do casal e que, em caso de separação, emerge um problema informacional. Como a mãe acaba investindo no filho sem considerar as preferências do pai, o incentivo em transferir dinheiro para a criança diminui, prejudicando-a.

Ginter e Pollak (2004) encontram que crianças morando em famílias nas quais um dos pais não é o biológico são menos educadas em média do que aquelas que vivem em famílias tradicionais, enquanto Weiss e Willis (1993) estimam que o nível de investimentos feitos por pais divorciados em seus filhos fica entre 40% e 70% do nível eficiente.

Uma vasta literatura é dedicada a investigar os efeitos da introdução de Leis de divórcio sobre a taxa de separações no longo prazo. Uma vez que o divórcio é prejudicial ao acúmulo de capital humano da criança, um dos princípios

que deveriam nortear a elaboração das leis matrimoniais seria a diminuição das taxas de divórcio no longo prazo. Entretanto, a evidência empírica do impacto das leis de divórcio não consensual (unilateral) e sem necessidade de prova de falha (no-fault) sobre as taxas de divórcio nos EUA ainda é bastante controversa.

Segundo Rasul (2006-b) a diminuição dos custos de divórcio implica em dois efeitos antagônicos. O primeiro atua sobre os casais já unidos: Entre eles, a taxa de divórcio deveria aumentar, uma vez que com a nova legislação o cônjuge que desejar se divorciar não precisa mais compensar o outro para que este aceite a separação. Enquanto isso, para os novos casais o efeito das novas leis depende da razão pelas quais as pessoas se dispõem a se casar. Se o papel dominante do casamento for sinalizar a qualidade do par (matching), leis que diminuem os custos de divórcio permitiriam que casais menos bem pareados (poorly matched) passassem a se casar. Já se o casamento serve como um instrumento de fortalecimento do compromisso do casal em cooperar e investir conjuntamente em bens intrínsecos à relação, menores custos de divórcio induziriam casais mal pareados a preferir a coabitação e a não mais se casar.

Alesina e Giuliano (2006) apresentam uma evidência de que as reformas nas leis maritais nos EUA tiveram o efeito de aumentar a probabilidade de casamento legal de casais mal pareados, contrariando as previsões de Rasul (2006-b). A maior facilidade de saída de um casamento ruim teria levado mulheres que planejavam ter filhos ou que já estavam grávidas a se casar. Como resultado, os indivíduos passaram a se casar mais frequentemente e as taxas de nascimentos fora do casamento diminuíram.

Se, por um lado, leis que facilitam o divórcio não possuem um efeito muito claro sobre as probabilidades de separação no longo prazo, tais leis acabam beneficiando os investimentos nos filhos através da alteração do poder de barganha da mulher (Lundberg e Pollak, 1994; Chiappori et al, 2002). De uma forma geral, o empoderamento feminino está ligado a melhorias da saúde e educação dos filhos (Thomas ,1990; Thomas et al, 2002; Dufflo,2000; Rangel, 2006), além de uma redução dos níveis de violência contra a mulher ( Stevenson e Wolfers, 2006)

Uma outra forma de leis matrimoniais afetarem as decisões de investimento em capital específico ao casamento é através da segurança que o contrato proporciona. Se as leis diminuem o custo de divórcio, o valor do capital

específico à relação diminui. Stevenson (2007), analisando a onda de adoção do divórcio unilateral entre os estados norte-americanos nas décadas de 1970 e 1980, mostra que a aprovação desse tipo de lei, ao aumentar a instabilidade da relação conjugal, foi responsável por um aumento de 5% na propensão da mulher a entrar no mercado de trabalho e de 8% na probabilidade que ambos os esposos se empreguem em tempo integral. Ao mesmo tempo, a autora encontra uma queda de 10% na probabilidade de que um dos cônjuges apóie os estudos do outro e de 6% na probabilidade de que eles tenham algum filho.

Este trabalho segue a linha adotada por Stevenson (2007), ao apontar para o canal da segurança trazida pelo contrato matrimonial como o fator relevante para a determinação da fecundidade desejada das mulheres entrevistadas. A maioria dos artigos que até então investigaram a interação entre leis de divórcio e fecundidade tiveram como foco testar a validade empírica do modelo unitário de divisão dos recursos domésticos, sem encontrar, porém, resultados que apontassem consistentemente para uma mesma direção.

Schultz (1990), utilizando dados tailandeses, mostrou que o fortalecimento feminino levava a maior fecundidade, enquanto Thomas (1990) encontra o efeito oposto entre as mulheres brasileiras. A mesma conclusão de Thomas é encontrada por Field (2003), que documenta uma redução de 22% da fertilidade por famílias devido à implementação de um programa de titularização de propriedades no Peru cujo título de propriedade é entregue à mulher. Já Rasul (2006-a), analisando dados em painel de famílias malaias, mostra que a fecundidade real do casal é barganhada entre marido e mulher, enquanto o número de filhos idealizado por cada um permanece intacto. Quanto mais o número de filhos do casal se aproxima do número desejado pelo marido e se afasta do idealizado pela esposa, maiores são as transferências de renda do marido para sua mulher.

Como mostra Rasul (2006-a), o número de filhos idealizado por cada cônjuge não é objeto de barganha. Portanto, alterações no desejo por filhos advindas de mudanças na legislação são causadas por outros meios além de uma possível redistribuição de poder de barganha.

### 3. Contexto Institucional

#### 3.1. O Concubinato no Brasil e no Mundo

Unões consensuais podem variar quanto a seu objetivo, grau de comprometimento do casal e expectativas quanto ao futuro da relação. De uma forma geral, há dois padrões bastante distintos de uniões informais. O primeiro, mais comum nos EUA e na Europa ocidental, funciona como um “casamento-teste” (trial marriage). Bastante difundido entre jovens e pessoas que já se divorciaram no passado, o ‘casamento-teste’ serve como um período de aprendizado sobre características pessoais não diretamente observáveis, como conflitos de personalidade e compatibilidade sexual (Becker, 1981).

Nesse sentido, o casamento-teste é extremamente curto, pois logo que as dúvidas acerca da qualidade da união são sanadas, acaba resultando ou em separação ou em casamento. (Liefbroer, Dourleijn, 2006; Drewianka, 2006. A extrema brevidade dessas relações é comprovada pela literatura empírica : Nos EUA, apenas 20% das uniões informais permanecem intactas até o terceiro ano (Brien, Lillard, Stern, 2006) e metade delas dura menos de um ano e meio, terminando em casamento em 60% dos casos e em separação nos 40% restantes (Bumpass, Sweet, 1989).

Em oposição, nos países Nórdicos e, principalmente na América Latina, a coabitação funciona como um substituto socialmente viável ao casamento. Nesses lugares, a falta da certidão de casamento não impede que inúmeros casais formem famílias e permaneçam unidos pelo resto da vida , vivendo exatamente como se fossem legalmente casados. Em alguns países da América Central, como El Salvador, Nicarágua e Panamá, uniões informais constituem a maioria absoluta do total de uniões e mais de 40% delas duram mais de 10 anos (Martín, 2006).

A pobreza, aliada à burocracia, constitui um entrave à oficialização das uniões informais. Até a promulgação do novo Código Civil (Brasil, 2001), não havia lei regulamentando a isenção de taxas cartoriais para casamentos de indivíduos de baixa renda. Conseqüentemente, a cobrança de taxas de

procedimentos de registro (Brasil, 1973) poderia constituir um fator de inibição da formalização da união. Para a oficialização da relação, era necessária a apresentação de uma série de documentos: Certidão de nascimento, declaração de duas testemunhas maiores que comprovassem não haver impedimento para o casamento, declaração de estado civil e comprovante de residência dos nubentes e de seus pais. No caso de um cônjuge em segunda união, este deveria apresentar um atestado de óbito do cônjuge falecido ou o registro da sentença de divórcio. Todo o procedimento para a expedição de documentos era pago, assim como a cerimônia, mesmo se realizada dentro do cartório (Brasil, 1910).

Quanto menor a renda do casal, menor é a chance de se atender a todos os requisitos para a formalização da união. Os obstáculos mais comuns à realização do casamento civil os custos de se casar e a falta de documentação necessária. Apesar de não haver uma estimativa do número de pessoas no Brasil sem registro geral (RG) ou cadastro de pessoas físicas (CPF), pode-se estimar a quantidade de pessoas que não possuem a certidão de nascimento, imprescindível para a expedição de outros documentos. Segundo as estimativas do IBGE calculadas anualmente em cima dos dados das Estatísticas de Registro Civil, em 2002, a proporção de crianças que permaneciam sem certidão de nascimento até o fim do 1 trimestre do ano seguinte ao seu nascimento ainda era de aproximadamente 45% no Nordeste, chegando a 71% no Estado do Maranhão.

Uma evidência de que tais casais pobres em concubinato gostariam de se casar, mas deixam de fazê-lo devido aos custos de cartório ou à exigência de documentação, é a alta demanda pelos casamentos gratuitos e comunitários, que passaram a ser realizados em parcerias entre secretarias estaduais de justiça, prefeituras, ONGs e Igrejas após a aprovação do novo código civil, em 2001. As cerimônias são gratuitas para os noivos, e o processo de habilitação para o casamento inclui a instalação pelas Secretarias Estaduais de Justiça de postos de atendimento especializados na emissão dos documentos e das certidões necessárias para a formalização da união civil. Segundo as estatísticas de registro civil do IBGE de 2005, a legalização de uniões consensuais através dos casamentos gratuitos tem sido responsável por grande parte da tendência de aumento do número absoluto de casamentos civis observada entre 2001 e 2005 (IBGE,2005).

### 3.2. A Lei do Concubinato

A pensão alimentícia destinada aos filhos sempre foi garantida pelos tribunais, independentemente da situação conjugal de seus pais. Entretanto, a despeito de um longo histórico de uniões informais no Brasil (Rao e Greene, 1993), antes da promulgação da constituição de 1988, tanto a doutrina quanto a jurisprudência sustentavam a impossibilidade do direito à pensão alimentícia entre companheiros não formalmente casados (Gama, 2001).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, que previa a conversão futura da união estável em casamento, a jurisprudência em relação às pensões alimentícias destinadas ao cônjuge não sofreu alterações. Excetuando-se o caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande de Sul (Gama, 2001), a jurisprudência continuou sendo a de negar o direito de alimentos aos casais em coabitação.

A lei que viria estender o direito de pensão aos casais não formais só seria sancionada no dia 29 de dezembro de 1994. De acordo com a Lei 8971/94, mais conhecida como Lei do Concubinato, a companheira de um homem solteiro, divorciado ou viúvo que comprovasse estar unida a ele há mais de cinco (5) anos ou que dele tivesse algum filho teria assegurados seus direitos relativos à pensão e sucessão caso houvesse necessidade material. O mesmo valeria para os homens na mesma situação.

O valor da pensão seria calculado pela justiça de acordo com a capacidade financeira potencial do devedor. Além disso, para garantir a efetividade da aplicação da lei, foram estabelecidos novos procedimentos judiciais. Qualquer requerente do benefício poderia obter gratuitamente o acesso a um promotor público ou a um advogado. Toda e qualquer informação relativa ao andamento do processo deveria ficar disponível à sociedade e a duração do litígio, geralmente demorada no Brasil, foi substancialmente reduzida (Rangel,2006; Gama,2001)

Se o anúncio da extensão dos direitos de propriedade em 1988 foi ofuscado por todas as outras inúmeras modificações legais introduzidas pela nova constituição, a aprovação da Lei do Concubinato, no último dia de governo de Itamar Franco, gerou grande polêmica no meio jurídico (Gama, 2001) e recebeu uma ampla cobertura da mídia, tanto no rádio quanto na televisão. As diversas reportagens sobre o assunto na época e permitiram que o conhecimento da lei rapidamente se difundisse pelo país, potencializando ainda mais seus efeitos.

## 4-Base de Dados

### 4.1. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS Brazil)

A análise empírica desse trabalho é baseada nos dados brasileiros da DHS- “Demographic and Health Surveys”- de 1991 e 1996 também conhecida no Brasil como Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS). A DHS faz parte de um projeto mundial patrocinado pela ‘Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional’ (USAID) com o intuito de coletar dados sobre fecundidade, morbidade infantil e materna, anticoncepção, saúde da mulher, da criança e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em países em desenvolvimento.

Iniciado em 1984, o projeto já foi responsável pela elaboração de mais de 150 pesquisas em aproximadamente 70 países da América Latina, Caribe, África, Ásia e Leste Europeu, beneficiando-se da experiência bem sucedida dos dois projetos predecessores da USAID sobre fecundidade: A Pesquisa Mundial de Fecundidade (World Fertility Survey -WFS) e a Pesquisa sobre Prevalência Anticoncepcional (Contraceptive Prevalence Surveys - CPS).

No Brasil, sua coordenação ficou a cargo da ‘Sociedade Civil Bem Estar Familiar’ (BEMFAM), em parceria com o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por tratar de questões íntimas que podem constranger as mulheres entrevistadas, todas as entrevistadoras são do sexo feminino e especificamente treinadas para fazer uma abordagem na qual a entrevistada pudesse se sentir à vontade para relatar seu comportamento fértil.

Em 1991, a pesquisa cobriu apenas os estados da região Nordeste. Foram entrevistados 6064 domicílios, com 6223 mulheres de 15 a 49 anos. Por outro lado, a base de 1996 possui cobertura nacional e dados de 13283 domicílios e 14597 mulheres. As pesquisas foram amostradas em 2 estágios, levando em conta as informações do Censo e da PNAD. Ambas são representativas para a região Nordeste, assim como para as áreas rural e urbana. Para poder compatibilizar as duas bases, retiro da de 1996 todas as observações de fora da região Nordeste.

## 4.2. Estatísticas Descritivas

A análise desta dissertação se concentra sobre as mulheres atualmente unidas. Por meio da metodologia de diferenças em diferenças, comparo as intenções de planejamento familiar de mulheres concubinas e mulheres legalmente casadas entre 1991 e 1996.

Além de retirar os domicílios de fora do Nordeste, faço mais dois cortes: Primeiramente, retiro todas as mulheres não unidas, cujas decisões de planejamento familiar se dão em ambientes bastante diversos de mulheres em algum relacionamento estável. Fico, portanto, apenas com concubinas e mulheres legalmente casadas.

O segundo corte se deve à falta de informações detalhadas na DHS sobre a história matrimonial de cada mulher caso ela não esteja em sua primeira união. Como a pesquisa apenas informa o número de uniões prévias e a época de início da primeira união, não há como identificar há quanto tempo uma mulher está unida com o atual marido caso já tenha sido casada no passado. Nesse caso, tampouco conseguimos saber quantos filhos são frutos da união atual. Devido a essa limitação retiro da amostra todas as mulheres com mais de uma união ao longo de sua vida.

A tabela 1 mostra todas as variáveis a serem utilizadas ao longo do artigo, com suas respectivas médias e desvios-padrão após os três cortes. A tabela evidencia a precariedade de infra-estrutura e a pobreza de muitos dos domicílios nordestinos. Vinte e um por cento (21%) deles não possuem eletricidade e vinte e oito por cento (28%) não possuem um banheiro dentro ou no entorno da casa. Quase a metade (47%) não possui geladeira. Em relação às mulheres, 69% delas são pardas, 82% declaram-se católicas e 48% delas trabalham. Em média, elas têm 32 anos de idade, estudaram por volta de 5, se casaram aos 20 e tiveram o primeiro filho um ano depois.

Na tabela 2, desagrego médias de algumas variáveis pelo estado conjugal e histórico de uniões. As mulheres legalmente separadas possuem em média 34 anos, contra 31 anos entre as informalmente separadas e 21 anos entre as que nunca estiveram unidas. Entre as mulheres que permaneciam unidas na época das entrevistas, a maior média de idade é encontrada no grupo das legalmente casadas: 33 anos, contra uma média de 29 anos entre as concubinas.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas

<b>Variáveis dependentes</b>	<b>Obs.</b>	<b>Média</b>	<b>Desv.Padr</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Número ideal de filhos segundo a mulher	5207	2.80	1.95	0	20
Número ideal de filhos segundo o marido	1515	3.27	2.24	0	18
Mulher já fez cirurgia de esterilização	5283	0.40	0.49	0	1
<b>Controles:</b>					
<b>Desejo por crianças ( Reportado pela mulher)</b>					
Marido deseja ter mais filhos do que a mulher	3761	0.25	0.43	0	1
Marido deseja ter menos filhos do que a mulher	3761	0.11	0.32	0	1
Ambos desejam o mesmo número de filhos	3761	0.64	0.48	0	1
<b>Características do Domicílio</b>					
Região de residência	5283	0.65	0.48	0	1
Possui eletricidade	5277	0.79	0.41	0	1
Possui rádio	5276	0.78	0.41	0	1
Possui televisão	5273	0.54	0.50	0	1
Possui geladeira	5276	0.53	0.50	0	1
Possui algum banheiro	5271	0.72	0.45	0	1
Possui água encanada	5276	0.58	0.49	0	1
Chefe do domicílio	5283	0.02	0.15	0	1
Relação com o chefe do domicílio: Esposa	5283	0.87	0.34	0	1
Relação com o chefe do domicílio: Filha	5283	0.06	0.23	0	1
Relação com o chefe do domicílio: Outros	5283	0.05	0.22	0	1
Anos de união	5283	12.02	8.36	0	36
Sexo do chefe do domicílio	5283	0.93	0.25	0	1
Idade do chefe do domicílio	5274	40.27	11.96	16	97
Marido vive junto à mulher	5277	0.96	0.19	0	1
<b>Características da Mulher</b>					
Idade	5283	32.51	8.75	15	49
Raça: Branca	5282	0.26	0.43	0	1
Raça: Parda	5282	0.69	0.46	0	1
Raça: Negra	5282	0.05	0.21	0	1
Religião: Não possui	5282	0.08	0.26	0	1
Religião: Católica	5282	0.82	0.38	0	1
Religião: Evangélica ou Protestante tradicional	5282	0.09	0.28	0	1
Religião: Outras	5282	0.02	0.11	0	1
Sabe ler	5277	0.77	0.42	0	1
Educação em anos de estudo	5281	4.90	4.19	0	17
Assiste à televisão semanalmente	5281	0.72	0.45	0	1
Trabalha	5207	0.48	0.50	0	1
Trabalha em casa ou fora	5207	0.65	0.48	0	1
Migrou nos últimos 5 anos	5263	0.14	0.35	0	1
Anos morando no local de residência	5263	21.02	13.35	0	49
<b>Fecundidade</b>					
Total de filhos já nascidos	5283	3.50	2.95	0	22
Mulher tem dois filhos ou mais	5283	0.75	0.43	0	1
Mulher tem três filhos ou mais	5283	0.54	0.50	0	1
Mulher tem quatro filhos ou mais	5283	0.37	0.48	0	1
Número de partos nos últimos 5 anos	5283	0.75	0.89	0	5
Idade ao primeiro parto	4798	21.00	4.33	11	43
Idade no primeiro casamento	5283	20.05	4.58	8	46
Duração da união na esterilização (agrupado em 5 em 5	2147	2.37	1.08	0	6
Conhece algum método anticoncepcional	5283	0.65	0.48	0	1
Conhece seu ciclo ovulatório	5283	0.39	0.49	0	1
Usa algum método anticoncepcional atualmente	5283	0.65	0.48	0	1
Método anticoncepcional atual: Pílula	5283	0.14	0.35	0	1
Método anticoncepcional atual: Camisinha	5283	0.02	0.14	0	1
Dias desde a última relação sexual	5283	7.64	9.21	0	31
Proporção de mulheres solteiras no cluster	5283	0.30	0.14	0	0.7
Grávida durante a pesquisa	5283	0.08	0.28	0	1
<b>Entrevista</b>					
Presença de crianças menores de 10 anos	5283	0.28	0.45	0	1
Presença do marido	5283	0.06	0.24	0	1
Presença do outros homens	5283	0.04	0.19	0	1
Presença de outras mulheres	5283	0.16	0.37	0	1

Nota: Dados contém apenas casais em algum tipo de relacionamento

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 1991 e 1996 ('DHS Brazil 1991 , 1996')

Aproximadamente 80% das mulheres separadas e das divorciadas encontram-se nas áreas urbanas. Esse número é menor entre as mulheres em relacionamento. A proporção de mulheres em áreas urbanas é de 68% entre as legalmente casadas e de 65% entre as informalmente unidas. Em 1996, essa proporção sobe entre as mulheres casadas, indo de 62% em 1991 para 68% em 1996. No mesmo intervalo de tempo, porém, o efeito oposto é verificado entre as concubinas, cuja proporção de urbanas cai de 72% em 1991 para 65% em 1996.

Várias podem ser as origens desse efeito. Uma hipótese é a de que, ao contrário da base de 1991, focada na região Nordeste, a base de 1996 (nacional) contenha algum desbalanceamento no número de mulheres entrevistadas na área rural, tendo simplesmente entrevistado mais concubinas nas áreas rurais em 1996. Contra tal hipótese podemos argumentar que ambas as bases são construídas de forma a serem representativas para a desagregação entre área urbana e rural, e que não há uma tendência de aumento do desvio padrão para as estimativas da proporção de urbanas entre concubinas e casadas quando se compara a base de 1991 e 1996 (tabela 2). Supondo que não haja desbalanceamento de uma das bases, outros fatores podem ser levantados para se explicar tal efeito. Mulheres casadas podem ter migrado da área rural para a área urbana em uma proporção maior do que as concubinas (ou mulheres concubinas podem ter retornado para o campo em maior proporção), concubinas urbanas podem ter se casado legalmente em uma proporção maior que na área rural ou a instituição do concubinato pode ter se tornado socialmente aceita em uma proporção maior nas áreas rurais. Todas essas hipóteses são levadas em conta para a construção dos exercícios de robustez dos resultados encontrados.

Em relação ao corte pelo número de uniões prévias, inevitável devido à falta de informações que permitissem calcular a duração da união atual, a comparação entre as colunas 6 e 7 (legalmente casadas) e 9 e 10 (concubinas), mostra que concubinas em sua primeira união não diferem muito das concubinas em seu segundo ou terceiro relacionamento, a não ser por serem 5 anos mais jovens e terem menos filhos. O mesmo vale para mulheres legalmente casadas, mas com uma diferença de idade menor, de aproximadamente 2 anos. Nota-se ainda que mulheres em uma segunda união estudaram um pouco menos que as em primeira união, indicando uma possível maior susceptibilidade à dissolução da união para mulheres mais pobres. Não há diferença de padrão entre 1991 e 1996.

**Tabela2**  
**Características das mulheres entrevistadas por estado conjugal e ano da pesquisa**

	Sem um relacionamento			Engajada em uma Relação					
	Nunca Unida	Divorciada	Informalmente Separada	Legalmente Casada			Concubina		
				Total	Mais de uma vez	Casada uma vez	Total	Mais de uma vez	Casada uma vez
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<i>Anos: 1991 e 1996</i>									
Idade da entrevistada	<b>21.4</b> <i>0.12</i>	<b>34.2</b> <i>0.44</i>	<b>31.5</b> <i>0.43</i>	<b>33.6</b> <i>0.13</i>	<b>35.7</b> <i>0.47</i>	<b>33.4</b> <i>0.13</i>	<b>29.5</b> <i>0.23</i>	<b>32.8</b> <i>0.35</i>	<b>27.5</b> <i>0.27</i>
Porcentagem de urbanos	<b>0.76</b> <i>0.01</i>	<b>0.82</b> <i>0.02</i>	<b>0.80</b> <i>0.02</i>	<b>0.65</b> <i>0.01</i>	<b>0.75</b> <i>0.03</i>	<b>0.65</b> <i>0.01</i>	<b>0.68</b> <i>0.01</i>	<b>0.68</b> <i>0.02</i>	<b>0.67</b> <i>0.02</i>
Anos de estudo	<b>6.49</b> <i>0.06</i>	<b>4.91</b> <i>0.22</i>	<b>4.80</b> <i>0.17</i>	<b>5.04</b> <i>0.06</i>	<b>4.05</b> <i>0.24</i>	<b>5.10</b> <i>0.07</i>	<b>3.84</b> <i>0.09</i>	<b>3.51</b> <i>0.15</i>	<b>4.04</b> <i>0.11</i>
Porcentagem que possui TV	<b>0.66</b> <i>0.01</i>	<b>0.66</b> <i>0.02</i>	<b>0.50</b> <i>0.02</i>	<b>0.56</b> <i>0.01</i>	<b>0.55</b> <i>0.03</i>	<b>0.56</b> <i>0.01</i>	<b>0.45</b> <i>0.01</i>	<b>0.45</b> <i>0.02</i>	<b>0.44</b> <i>0.02</i>
Total de crianças já nascidas	<b>0.14</b> <i>0.01</i>	<b>3.33</b> <i>0.14</i>	<b>2.66</b> <i>0.11</i>	<b>3.69</b> <i>0.04</i>	<b>4.08</b> <i>0.16</i>	<b>3.66</b> <i>0.05</i>	<b>3.10</b> <i>0.07</i>	<b>3.99</b> <i>0.12</i>	<b>2.54</b> <i>0.08</i>
Partos nos últimos 5 anos	<b>0.07</b> <i>0.01</i>	<b>0.51</b> <i>0.04</i>	<b>0.59</b> <i>0.04</i>	<b>0.71</b> <i>0.01</i>	<b>0.72</b> <i>0.05</i>	<b>0.71</b> <i>0.01</i>	<b>0.90</b> <i>0.03</i>	<b>0.82</b> <i>0.04</i>	<b>0.95</b> <i>0.03</i>
Número ideal de filhos	<b>2.16</b> <i>0.02</i>	<b>2.35</b> <i>0.11</i>	<b>2.00</b> <i>0.08</i>	<b>2.79</b> <i>0.03</i>	<b>2.69</b> <i>0.15</i>	<b>2.79</b> <i>0.03</i>	<b>2.22</b> <i>0.05</i>	<b>2.39</b> <i>0.09</i>	<b>2.12</b> <i>0.06</i>
<i>Ano:1991</i>									
Idade da entrevistada	<b>21.2</b> <i>0.15</i>	<b>34.0</b> <i>0.46</i>	<b>28.0</b> <i>0.78</i>	<b>33.1</b> <i>0.17</i>	<b>35.5</b> <i>0.58</i>	<b>33.3</b> <i>0.16</i>	<b>27.3</b> <i>0.43</i>	<b>33.2</b> <i>0.51</i>	<b>29.9</b> <i>0.35</i>
Porcentagem de urbanos	<b>0.75</b> <i>0.01</i>	<b>0.81</b> <i>0.02</i>	<b>0.77</b> <i>0.04</i>	<b>0.62</b> <i>0.01</i>	<b>0.72</b> <i>0.03</i>	<b>0.63</b> <i>0.01</i>	<b>0.72</b> <i>0.02</i>	<b>0.72</b> <i>0.03</i>	<b>0.72</b> <i>0.02</i>
Anos de estudo	<b>6.32</b> <i>0.08</i>	<b>4.70</b> <i>0.22</i>	<b>3.66</b> <i>0.30</i>	<b>4.84</b> <i>0.09</i>	<b>3.72</b> <i>0.28</i>	<b>4.77</b> <i>0.08</i>	<b>3.95</b> <i>0.19</i>	<b>3.30</b> <i>0.22</i>	<b>3.67</b> <i>0.15</i>
Porcentagem que possui TV	<b>0.72</b> <i>0.01</i>	<b>0.64</b> <i>0.02</i>	<b>0.60</b> <i>0.05</i>	<b>0.58</b> <i>0.01</i>	<b>0.59</b> <i>0.04</i>	<b>0.58</b> <i>0.01</i>	<b>0.51</b> <i>0.03</i>	<b>0.54</b> <i>0.03</i>	<b>0.53</b> <i>0.02</i>
Total de crianças já nascidas	<b>0.14</b> <i>0.01</i>	<b>3.37</b> <i>0.14</i>	<b>1.89</b> <i>0.19</i>	<b>3.86</b> <i>0.06</i>	<b>4.13</b> <i>0.20</i>	<b>3.88</b> <i>0.06</i>	<b>2.64</b> <i>0.14</i>	<b>4.14</b> <i>0.18</i>	<b>3.29</b> <i>0.12</i>
Partos nos últimos 5 anos	<b>0.06</b> <i>0.01</i>	<b>0.53</b> <i>0.04</i>	<b>0.68</b> <i>0.08</i>	<b>0.78</b> <i>0.02</i>	<b>0.81</b> <i>0.07</i>	<b>0.78</b> <i>0.02</i>	<b>0.96</b> <i>0.05</i>	<b>0.82</b> <i>0.06</i>	<b>0.90</b> <i>0.04</i>
Número ideal de filhos	<b>2.25</b> <i>0.02</i>	<b>2.36</b> <i>0.12</i>	<b>2.01</b> <i>0.15</i>	<b>2.94</b> <i>0.04</i>	<b>2.89</b> <i>0.17</i>	<b>2.93</b> <i>0.04</i>	<b>2.25</b> <i>0.10</i>	<b>2.50</b> <i>0.14</i>	<b>2.36</b> <i>0.08</i>
<i>Ano:1996</i>									
Idade da entrevistada	<b>21.58</b> <i>0.19</i>	<b>36.95</b> <i>1.37</i>	<b>32.60</b> <i>0.49</i>	<b>33.86</b> <i>0.20</i>	<b>36.31</b> <i>0.82</i>	<b>33.99</b> <i>0.19</i>	<b>27.56</b> <i>0.35</i>	<b>32.49</b> <i>0.48</i>	<b>29.30</b> <i>0.29</i>
Porcentagem de urbanos	<b>0.77</b> <i>0.01</i>	<b>0.95</b> <i>0.05</i>	<b>0.81</b> <i>0.02</i>	<b>0.68</b> <i>0.01</i>	<b>0.81</b> <i>0.04</i>	<b>0.69</b> <i>0.01</i>	<b>0.65</b> <i>0.02</i>	<b>0.65</b> <i>0.03</i>	<b>0.65</b> <i>0.02</i>
Anos de estudo	<b>6.73</b> <i>0.09</i>	<b>8.76</b> <i>0.76</i>	<b>5.15</b> <i>0.20</i>	<b>5.48</b> <i>0.10</i>	<b>4.70</b> <i>0.43</i>	<b>5.43</b> <i>0.10</i>	<b>4.09</b> <i>0.14</i>	<b>3.69</b> <i>0.21</i>	<b>3.95</b> <i>0.12</i>
Porcentagem que possui TV	<b>0.59</b> <i>0.01</i>	<b>0.86</b> <i>0.08</i>	<b>0.47</b> <i>0.03</i>	<b>0.52</b> <i>0.01</i>	<b>0.47</b> <i>0.05</i>	<b>0.52</b> <i>0.01</i>	<b>0.40</b> <i>0.02</i>	<b>0.37</b> <i>0.03</i>	<b>0.39</b> <i>0.02</i>
Total de crianças já nascidas	<b>0.15</b> <i>0.02</i>	<b>2.52</b> <i>0.34</i>	<b>2.90</b> <i>0.13</i>	<b>3.37</b> <i>0.06</i>	<b>3.99</b> <i>0.28</i>	<b>3.41</b> <i>0.06</i>	<b>2.48</b> <i>0.10</i>	<b>3.86</b> <i>0.15</i>	<b>2.97</b> <i>0.09</i>
Partos nos últimos 5 anos	<b>0.08</b> <i>0.01</i>	<b>0.19</b> <i>0.09</i>	<b>0.57</b> <i>0.04</i>	<b>0.61</b> <i>0.02</i>	<b>0.55</b> <i>0.08</i>	<b>0.60</b> <i>0.02</i>	<b>0.94</b> <i>0.04</i>	<b>0.82</b> <i>0.05</i>	<b>0.90</b> <i>0.03</i>
Número ideal de filhos	<b>2.04</b> <i>0.03</i>	<b>2.10</b> <i>0.32</i>	<b>2.00</b> <i>0.09</i>	<b>2.58</b> <i>0.04</i>	<b>2.30</b> <i>0.26</i>	<b>2.57</b> <i>0.04</i>	<b>2.04</b> <i>0.07</i>	<b>2.30</b> <i>0.12</i>	<b>2.13</b> <i>0.06</i>

Nota : Médias de cada característica aparecem em negrito, e desvios padrão em itálico.

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, 1991 e 1996.

A tabela 2 evidencia também um movimento de melhora da escolaridade entre as coortes mais novas da população feminina do Nordeste. Entre 1991 e 1996, há um aumento da média de anos de estudo para mulheres de todos os estados conjugais, independentemente do número de uniões prévias. Nas duas pesquisas, são as mulheres não unidas, que representam as coortes mais novas (21 anos em média), que detém a maior média de anos de estudo (excluindo as divorciadas de 1996): 6,3 anos em 1991, e 6,7 anos em 1996.

A escolaridade média de mulheres casadas é maior do que a das concubinas em ambos os anos pesquisados. Enquanto as mulheres legalmente casadas estudaram em média durante 5 anos, as informalmente unidas permaneceram na escola apenas durante 3,84 anos em média.

### 4.3. Variáveis de Planejamento Familiar

A primeira variável de interesse é o número ideal de filhos reportado pelas mulheres. Para as que não possuem filhos, foi feita a seguinte pergunta: “*Se pudesse escolher exatamente o número de filhos que teria em toda sua vida, que número seria esse?*”. Mulheres com filhos vivos responderam a uma pergunta ligeiramente diferente, na qual são convidadas a fazer a mesma escolha caso não tivessem engravidado antes: “*Se pudesse voltar atrás, para o tempo em que não tinha nenhum filho, e pudesse escolher o número de filhos para ter por toda a vida, que número seria esse?*”. Apesar de aparentemente subjetiva, tal variável é bastante usada na literatura de demografia. Pritchett (1994) e Bankole e Westoff (1998) mostram que ela é um poderoso preditor da fecundidade futura.

As respostas a essas perguntas estão sumarizadas na tabela 3. Entre 1991 e 1996, percebe-se aumento da preferência por famílias menores, tanto pelas concubinas quanto pelas legalmente casadas. Nos dois grupos, a moda é de dois filhos. Percebe-se ainda que as concubinas desejam formar famílias menores que as das casadas: Doze por cento (12%) delas não desejam ser mães e dezesseis por cento (16%) querem apenas um filho. Já entre as casadas, a proporção de mulheres desejando famílias com três filhos ou mais chega a quarenta e seis por cento (46%), número quase duas vezes superior ao encontrado entre as concubinas, de vinte e quatro por cento (24%).

No Nordeste brasileiro, os dois métodos mais populares são a pílula anticoncepcional e a esterilização feminina. No painel B da tabela 3 são mostradas as distribuições do uso de anticoncepcionais de mulheres concubinas e mulheres legalmente casadas. O percentual de mulheres que não fazem uso de nenhum método anticoncepcional é maior entre as concubinas, assim como o das que fazem uso da pílula. Outros métodos de anticoncepção como a camisinha, diafragma e esterilização masculina são usados em proporções semelhantes pelos dois grupos.

Tabela3  
Estatísticas descritivas: Número ideal de filhos e método anticoncepcional

	Concubinas			Formalmente casadas		
	1991	1996	1991+1996	1991	1996	1991+1996
<i>Número ideal de filhos</i>						
Nenhum filho	9.5	13.0	11.7	5.3	8.2	6.5
Um	14.4	16.9	15.9	7.6	10.6	8.8
Dois	48.3	46.6	47.2	37.4	39.6	38.3
Três	14.1	14.4	14.3	23.4	21.9	22.7
Quatro ou mais	13.8	9.2	11.0	26.3	19.8	23.6
Total	100	100	100	100	100	100
Número de observações	327	522	849	2,582	1,776	4,358
<i>Método Anticoncepcional atual</i>						
Não usa nenhum método	50.0	42.9	45.6	36.5	28.1	33.1
Esterilização feminina	24.0	27.7	26.3	40.6	46.4	43.0
Pílula	18.6	17.3	17.8	13.4	12.9	13.2
Camisinha/Esterilização masculina	1.2	3.2	2.4	1.6	3.9	2.6
Outros <sup>nota3</sup>	6.3	8.9	7.9	7.8	8.7	8.2
Total	100	100	100	100	100	100
Número de observações	334	527	861	2,626	1,796	4,422

**Nota 1:** A tabela inclui apenas mulheres casadas e concubinas em sua primeira união

**Nota 2:** Cada coluna apresenta a distribuição do número ideal de filhos e do uso de métodos anticoncepcionais utilizados pelas mulheres em cada subgrupo e ano. Por exemplo, 50% das mulheres em uniões informais não utilizavam qualquer método anticoncepcional em 1991.

**Nota 3:** Outros métodos anticoncepcionais incluem a abstinência periódica, coito interrompido, diafragma, espuma espermicida, DIU, injeções e outros métodos não identificados

**Fonte:** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

Quando condicionamos o uso de anticoncepcionais ao número de filhos de cada mulher, percebemos a forte substituição do uso da pílula pela esterilização à medida que o número de filhos vai aumentando. O percentual de mulheres esterilizadas que possuem menos de 2 filhos com o atual companheiro é próximo de zero. A maioria dessas mulheres não usa método anticoncepcional algum, e aproximadamente 27% delas faz uso da pílula anticoncepcional.

Entre as mulheres com exatamente dois filhos da união atual, o percentual de esterilizadas salta para uma média de aproximadamente 30% entre as concubinas e 40% entre as casadas. Enquanto isso, a proporção de mulheres que faz uso da pílula cai para 19% entre as concubinas e 16% entre as casadas. Os dados da tabela 4 sugerem que a pílula pode servir como o método mais usual para espaçar as gravidezes enquanto não se atinge o número desejado de filhos. Uma vez atingido esse número, vem a esterilização.

Como mostra a tabela, a proporção de mulheres esterilizadas salta de um patamar próximo de zero para mais de 30% após a segunda gravidez. Esse salto se deve ao fato de que, até novembro de 1997, devido a uma restrição legal, o Sistema Único de Saúde não era autorizado a pagar as cirurgias de laqueadura

tubária. Para driblar essa restrição, disseminou-se a prática de embutir os custos da laqueadura no total dos custos da cirurgia cesariana. Aproveitando-se de uma brecha no Código de Ética Médica que permitia a esterilização caso futuras gravidezes trouxessem risco de morte para a mulher, disseminou-se a prática de se realizar a cirurgia logo após a cirurgia cesariana, desde que a mulher estivesse pelo menos em sua segunda gravidez.

Tabela 4  
Método anticoncepcional atual e número de filhos com o atual marido

	Concubinas			Formalmente casadas		
	1991	1996	Total	1991	1996	Total
<i>Menos de dois filhos com parceiro atual</i>						
Não usa método algum	64.2	56.2	59.4	58.2	47.6	54.0
Esterilização feminina	0.0	3.0	1.8	1.5	1.5	1.5
Pílula	26.9	27.6	27.3	24.9	30.3	27.1
Camisinha/ Esterilização masculin:	2.2	5.4	4.2	3.0	6.7	4.5
Outros <sup>nota3</sup>	6.7	7.9	7.4	12.4	13.9	13.0
Total	100	100	100	100	100	100
Número de observações	134	203	337	598	403	1001
<i>Dois filhos com parceiro atual</i>						
Não usa método algum	41.7	36.6	38.2	29.4	22.0	26.2
Esterilização feminina	26.7	31.3	29.8	41.4	45.6	43.2
Pílula	25.0	16.0	18.9	16.6	15.2	16.0
Camisinha/ Esterilização masculin:	0.0	3.1	2.1	3.0	6.1	4.4
Outros <sup>nota3</sup>	6.7	13.0	11.0	9.6	11.1	10.3
Total	100	100	100	100	100	100
Número de observações	60	131	191	500	395	895
<i>Mais de dois filhos com parceiro atual</i>						
Não usa método algum	40.0	33.2	36.0	30.3	22.7	27.3
Esterilização feminina	45.7	51.3	49.0	55.7	64.8	59.3
Pílula	7.9	7.3	7.5	7.9	5.0	6.7
Camisinha/ Esterilização masculin:	0.7	1.0	0.9	0.7	1.9	1.2
Outros <sup>nota3</sup>	5.7	7.3	6.6	4.9	4.6	4.8
Total	100	100	100	100	100	100
Número de observações	140	193	333	1528	998	2526

**Nota 1:** A tabela inclui apenas mulheres casadas e concubinas em sua primeira união

**Nota1:** Cada coluna mostra a distribuição do uso de métodos anticoncepcionais para cada subgrupo especificado.

**Nota3:** Outros métodos anticoncepcionais incluem a abstinência periódica, coito interrompido, diafragma, espuma espermicida, DIU, injeções e outros métodos não identificados

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1996 and 1991

No nordeste, apesar de ilegal (Brasil, 1997-a), a prática da esterilização se tornou amplamente disseminada entre a população mais pobre a partir da década de 1980 (Perpétuo e Wajman, 2005; Caetano e Potter, 2004). Em muitos lugares, a realização desse tipo de cirurgia era inclusive incentivada por políticos locais, principalmente em anos eleitorais (Caetano e Potter, 2004). A praxe de embutir os custos da cirurgia de ligação de trompas nos procedimentos da cesariana, segundo Berquó (2003) e Perpétuo e Wajman (2005) leva a um aumento desnecessário do número de partos por cesarianas, elevando o risco de morte da mãe.

## 5. Estratégia de Identificação

A passagem da lei do concubinato é nossa fonte exógena de identificação da relação entre fecundidade e a segurança proporcionada pelo casamento. Ao garantir o direito de pensão alimentícia a concubinas que venham a se separar, a Lei do Concubinato deu uma proteção adicional à mãe que possa vir a ter que criar uma criança sem o apoio paterno.

Tal direito sempre foi assegurado às mulheres legalmente casadas. Para elas, portanto, a lei não teve efeito algum. Esse fato nos permite contornar o problema de não ter como observar como concubinas se comportariam em 1996 caso a lei não houvesse sido promulgada. Utilizo as mulheres casadas, portanto, como um grupo de comparação para as concubinas, supondo que outros choques externos afetem os dois grupos de maneira igual. Através do método de diferenças em diferenças, comparo a diferença de fecundidade desejada entre concubinas e o grupo de comparação depois da passagem da lei, em 1996, com a mesma diferença em 1991, antes de sua promulgação.

A lei do concubinato impõe três condições para que a mulher concubina possa requerer a pensão alimentícia no caso do divórcio: 1-Em primeiro lugar, deve comprovar ter necessidade financeira após se separar. Além disso, deve satisfazer pelo menos uma das condições: 2-Ter mais de cinco (5) anos de união com o atual marido; 3- Ter um (1) filho em comum com ele. Dessa forma, podemos classificar a aplicabilidade da lei em quatro categorias, (A, B, C e D) como mostra a tabela 6.

Tabela 5

Classificação das mulheres segundo as condições de elegibilidade da lei

	Tempo de união	
	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Possui filho com atual marido	A	B
Não possui filho com o atual marido	C	D

De acordo com essas categorias, formamos três grupos de controle e comparação. Primeiramente, contrastamos a fecundidade desejada de todas as concubinas das com mais de 5 anos de união ou pelo menos um filho com o atual cônjuge (A+B+D) com a fecundidade desejada por todas as mulheres casadas do mesmo conjunto de categorias (A+B+D). Em um segundo e terceiro exercícios, repetimos a comparação entre concubinas e casadas, mas somente para as mulheres com mais de 5 anos de união e um pelo menos um filho (A) e as com menos de 5 anos de união e pelo menos um filho (B) de forma isolada. Não foi possível repetir o exercício para a categoria D pelo baixo número de mulheres sem um filho após ter vivido mais de cinco anos de união. A composição dos grupos de controle em cada exercício é mostrada na tabela 6.

Tabela 6  
Grupos de tratamento e comparação

Grupo de tratamento	Grupo de comparação
<i>Exercício1</i>	
Concubinas A + B + D Grupo de Tratamento é composto por todas as concubinas com pelo menos um filho com o atual companheiro ou mais de 5 anos de união	Legalmente casadas A + B + D Grupo de comparação é composto por todas as casadas com pelo menos um filho com o atual companheiro ou mais de 5 anos de união
<i>Exercício2</i>	
Concubinas A Grupo de Tratamento é composto por todas as concubinas com pelo menos um filho com o atual companheiro e menos de 5 anos de união	Casadas A Grupo de comparação é composto por todas as casadas com pelo menos um filho com o atual companheiro e menos de 5 anos de união
<i>Exercício3</i>	
Concubinas B Grupo de Tratamento é composto por todas as concubinas com pelo menos um filho com o atual companheiro e mais de 5 anos de união	Casadas B Grupo de comparação é composto por todas as casadas com pelo menos um filho com o atual companheiro e mais de 5 anos de união

Em todos os três exercícios, estimamos por mínimos quadrados ordinários. (MQO) a seguinte equação:

$$y_i = a + \gamma * dAno_i + \theta * dTrat_i + \psi * dAno_i * dTrat_i + \beta * X_i + \varepsilon_i \quad (\text{equação 1})$$

Na qual  $y_i$  representa o número desejado de filhos de cada mulher ou uma dummy que vale um (1) se a mulher já foi esterilizada cirurgicamente e zero (0) caso contrário;  $dAno_i$  é uma dummy que vale um (1) para as mulheres entrevistadas em 1996 e zero (0) para as entrevistadas em 1991;  $dTrat_i$  vale um (1)

se a mulher é concubina e zero (0) se é legalmente casada,  $X_i$  é um vetor de variáveis de controle e  $e_i$  corresponde ao erro.

O coeficiente  $\psi$  estima o impacto médio da lei sobre o número de filhos desejados pelas concubinas e sobre a probabilidade de que elas venham a se esterilizar, sendo o nosso parâmetro de interesse. Adicionalmente, gostaríamos de investigar se o efeito médio da lei pode variar de acordo com algumas características, como região rural ou urbana ou o número de filhos que a mulher já tem. Estimo, portanto as seguintes variações da equação 1:

$$y_{it} = \kappa + \pi_1 * dAno_{it} * Rural_{it} + \pi_2 * dAno_{it} * Urbano_{it} + \phi * dTrat_{it} * Rural_{it} + \\ + \rho * dTrat_{it} * Urbano_{it} + \varphi * dAno_{it} * dTrat_{it} * Rural_{it} + \\ + \tau * dAno_{it} * dTrat_{it} * Urbano_{it} + \mu * X_{it} + \xi_{it} \quad (\text{Equação 2})$$

$$y_{it} = \kappa + o_1 * dAno_{it} * Rural_{it} + o_2 * dAno_{it} * Urbano_{it} + \iota * dTrat_{it} * MenosDois_{it} + \\ + \chi * dTrat_{it} * MaisDois_{it} + \eta * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} + \\ + \tau * dAno_{it} * dTrat_{it} * MaisDois_{it} + \Psi * X_{it} + \xi_{it} \quad (\text{equação 3})$$

Na qual  $Rural_{it}$  vale 1 se a mulher vive na área rural,  $Urbano_{it}$  vale 1 se a mulher mora na área urbana,  $MenosDois_{it}$  indica se a mulher tem menos de dois filhos (estritamente), e  $MaisDois_{it}$  indica 1 se ela tem dois ou mais filhos. Para que possamos isolar o efeito da lei de outras variáveis, comparando mulheres concubinas e casadas com as mesmas características, controlo por inúmeras variáveis, tais como posse de tv, de rádio, idade, anos de estudo, analfabetismo, sexo, idade do chefe do domicílio, anos de união, tempo de moradia na residência atual; número de filhos, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, conhecimento de métodos anticoncepcionais, de seu ciclo ovulatório, desejo relativo do marido, trabalha ou não, se ganha por seu trabalho e presença de outras pessoas no momento da entrevista.

A tabela 7 compara características de mulheres concubinas e casadas incluídas nos exercícios um, dois e três. Dentro dos grupos dos exercícios dois e três, as médias das características analisadas de concubinas e casadas encontram-se mais próximas do que grupo de exercício um, que inclui todas as mulheres com mais de 5 anos de união ou pelo menos um filho em comum com o atual cônjuge.

Tabela 7  
**Características das mulheres entrevistadas por estado civil e anos de união**

	Mais de 5 anos de união ou pelo menos 1 filho em comum		Menos de 5 anos de união e pelo menos 1 filho comum		Mais de 5 anos de união e pelo menos 1 filho em comum	
	1	2	3	4	5	6
	Concubina	Casada	Concubina	Casada	Concubina	Casada
Idade	<b>28.38</b> <i>7.72</i>	<b>34.13</b> <i>8.30</i>	<b>22.59</b> <i>5.31</i>	<b>23.69</b> <i>4.99</i>	<b>31.33</b> <i>7.02</i>	<b>35.86</b> <i>7.39</i>
Tempo de união	<b>8.24</b> <i>6.55</i>	<b>13.68</b> <i>8.05</i>	<b>2.08</b> <i>1.29</i>	<b>2.41</b> <i>1.21</i>	<b>11.64</b> <i>5.87</i>	<b>15.63</b> <i>7.09</i>
Número de filhos	<b>2.94</b> <i>2.32</i>	<b>3.91</b> <i>2.96</i>	<b>1.61</b> <i>0.90</i>	<b>1.40</b> <i>0.65</i>	<b>3.82</b> <i>2.45</i>	<b>4.45</b> <i>2.94</i>
Possui televisão	<b>0.45</b> <i>0.50</i>	<b>0.55</b> <i>0.50</i>	<b>0.40</b> <i>0.49</i>	<b>0.51</b> <i>0.50</i>	<b>0.46</b> <i>0.50</i>	<b>0.55</b> <i>0.50</i>
Anos de estudo	<b>3.99</b> <i>3.38</i>	<b>4.93</b> <i>4.31</i>	<b>4.37</b> <i>3.12</i>	<b>6.21</b> <i>3.96</i>	<b>3.69</b> <i>3.41</i>	<b>4.70</b> <i>4.32</i>
Esterilizada	<b>0.30</b> <i>0.46</i>	<b>0.46</b> <i>0.50</i>	<b>0.08</b> <i>0.27</i>	<b>0.08</b> <i>0.27</i>	<b>0.44</b> <i>0.50</i>	<b>0.53</b> <i>0.50</i>
Esposa do chefe do domicílio	<b>0.75</b> <i>0.43</i>	<b>0.91</b> <i>0.29</i>	<b>0.61</b> <i>0.49</i>	<b>0.76</b> <i>0.43</i>	<b>0.83</b> <i>0.37</i>	<b>0.93</b> <i>0.25</i>
Filha ou nora do chefe do dorr	<b>0.20</b> <i>0.40</i>	<b>0.07</b> <i>0.26</i>	<b>0.36</b> <i>0.48</i>	<b>0.23</b> <i>0.42</i>	<b>0.11</b> <i>0.32</i>	<b>0.04</b> <i>0.21</i>

**Nota 1:** Médias em negrito e desvios-padrão em itálico

**Nota 2:** A tabela inclui somente mulheres em sua primeira união

**Fonte:** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

Mulheres com menos de 5 anos de união são mais novas, com uma média de idade de 22.6 anos para as concubinas e de 23.7 anos para as casadas. O perfil da união vivenciado por elas também é bastante diferente daquele enfrentado pelas mulheres com mais de 5 anos de relacionamento: Enquanto mulheres incluídas no exercício dois possuem por volta de dois(2) anos de união, as do exercício três (3) possuem mais de 11 em média.

Além da menor idade e do menor tempo de casamento, as mulheres com menos de 5 anos de união possuem menos filhos, em torno de 1,5 em média. Apenas oito por cento (8%) delas são estão esterilizadas, contra 44% das concubinas do grupo do exercício três e 53% das casadas do mesmo grupo.

Elas são também menos independentes. Vinte e três por cento (23%) das mulheres legalmente casadas há menos do que 5 anos moram com os pais ou com os sogros, número esse que cai para quatro por cento (4%) entre as incluídas no exercício três. O menor tempo de casamento está associado à uma maior susceptibilidade à separação. Segundo Becker (1981) e Drewianka (2006), as taxas de separação nos primeiros anos de união são altas, declinando rapidamente após o quarto ou quinto ano de casamento.

Já as mulheres do grupo de exercício três possuem uma relação bastante estável, com uma proporção menor de mulheres morando na casa dos pais ou dos sogros, com uma média de tempo de relacionamento superior a 10 anos e com mais de 3 filhos nascidos dessa união.

## 6. Resultados

### 6.1. Número ideal de filhos

A tabela 8 apresenta os resultados da estimação da equação 1. A primeira linha contém a estimativa do efeito médio da lei do concubinato sobre o número de filhos desejados pelas concubinas. Nas primeiras 4 colunas o grupo de tratamento são todas as mulheres com mais de 5 anos de união ou que possuam um filho dessa relação. O grupo de comparação é formado por mulheres casadas com as mesmas características de elegibilidade.

Tabela 8

Estimativas de diferenças em diferenças para o número ideal de filhos reportado pelas mulheres  
Mínimos Quadrados Ordinários

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
y: (dAno* dTrat)	0.263 (0.121)	0.269* (0.083)	0.297* (0.067)	0.332** (0.041)	0.156 (0.399)	0.079 (0.699)	0.281 (0.232)	0.476** (0.039)
<i>Outras dummies</i>								
q: Concubinas (dTrat)	-0.807*** (0.000)	-0.844*** (0.000)	-0.645*** (0.000)	-0.665*** (0.000)	-0.387** (0.012)	-0.278 (0.107)	-0.775*** (0.000)	-0.860*** (0.000)
g: Ano (dAno)	-0.466*** (0.000)	-0.175** (0.038)	-0.248*** (0.003)	-0.239*** (0.004)	-0.287*** (0.005)	-0.252*** (0.008)	-0.515*** (0.000)	-0.251** (0.016)
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Observações	4835	3385	3370	3322	855	750	3875	2486
R2 ajustado	0.035	0.044	0.084	0.092	0.043	0.098	0.032	0.076

Nota 1: Cada coluna representa uma estimação por mínimos quadrados ordinários da equação 1 considerando diferentes grupos de tratamento e controle.

$$y_{it} = \alpha + \gamma * dAno_{it} + \theta * dTrat_{it} + \psi * dAno_{it} * dTrat_{it} + \beta * X_{it} + \epsilon_{it}$$

Nota 2: P-valores robustos para correlação dos resíduos entre clusters do desenho da pesquisa entre parênteses.

Nota 3: Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos, a mulher deseja ter mais filhos que o marido. Controles sócio econômicos: Possui rádio, Possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, anos de união, idade e idade ao quadrado. Controles de fecundidade: Filhos vivos, partos nos últimos 5 anos, conhece métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, está grávida durante a pesquisa. Controles de mercado de trabalho: trabalha ou não, trabalha dentro ou fora de casa. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, Presença de outro homem, presença de outra mulher, presença de crianças durante a entrevista.

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

O resultado da primeira regressão (coluna 1), não condicionada, equivale a um simples exercício de subtração da diferença das médias do grupo de tratamento e comparação em 1996 da mesma diferença em 1991. A princípio, há um efeito de aumento relativo de 0.26 filhos por mulher em concubinato, mas não é significativo a 10% de nível de confiança. Não encontramos também efeito estatisticamente diferente de zero ao repetirmos tal exercício quebrando a amostra entre mulheres com menos (coluna 5) e mulheres com mais de 5 anos de união (coluna 7).

A estimativa para a dummy do grupo de tratamento ( $\theta$ ) mostra que, de forma não condicionada, concubinas desejam em média menos 0.8 filhos do que mulheres legalmente casadas. Já a dummy do ano da pesquisa ( $\gamma$ ) indica uma queda do número de filhos desejados pelos dois grupos entre 1991 e 1996.

Simple diferenças de médias como as apresentadas nas colunas 1, 5 e 7 nem sempre são boas estimativas de um efeito de tratamento. Desbalanceamentos de certas características entre grupos de tratamento e comparação ou entre os anos de pesquisa podem mascarar as estimativas. Uma boa forma de contornar esse problema é adicionar características observáveis dos indivíduos como regressores na equação 1. As colunas 2, 3 e 4 apresentam estimativas após a introdução de uma série de controles. Incluímos variáveis indicando o nível socioeconômico do domicílio, características da mulher, sua história fértil, além de indicadores sobre quem deseja ter mais filhos no domicílio, (se a esposa, o marido, ou ambos desejam o mesmo número de filhos) e quem acompanhava a mulher quando ela foi entrevistada.

Uma vez introduzidos esses controles, o efeito médio da lei aumenta de magnitude (0,332, coluna 4), e passa a ser estatisticamente significativo a 5% (pvalor de 4,1%). Antes da lei do concubinato, uma mulher em união consensual desejava em média 0,66 ( $\theta$ ) filho a menos do que uma mulher legalmente casada, o que é consistente com a literatura segundo a qual os maiores riscos associados à coabitação levariam concubinas a terem menos filhos que mulheres casadas (Becker, 1981, Drewianka, 2006). Em 1996, seguindo a tendência brasileira de queda de fecundidade (Lazo, 1994; Berquó, 2005) mulheres legalmente casadas passaram a querer menos 0,24 ( $\gamma$ ) filho em relação ao que desejavam em 1991, enquanto que concubinas aumentaram ligeiramente seu número ideal de filhos em

0,1 filho por mulher ( $\gamma+\psi$ ). A diferença entre os dois grupos encurtou portanto, em  $0,33(\psi)$  filho por mulher com a passagem da lei.

O efeito da lei está concentrado entre as mulheres com mais de 5 anos de união e com um filho. Entre elas, a lei foi responsável por um aumento de 0,47 filho por mulher (significante a 5%). O efeito não é estatisticamente significativo para mulheres com um filho e menos de 5 anos de relacionamento.

A magnitude do efeito é economicamente relevante. Tomando por base mulheres com mais de 5 anos de relacionamento, a lei reduziu a diferença média do número de filhos desejados por concubinas e casadas em 1996 à aproximadamente 40% do que era em 1991 ( $\theta+\psi/\theta$ ). Caso não houvesse uma tendência de diminuição da fecundidade no Brasil, a lei seria responsável por um aumento de quase 20% na fecundidade desejada de mulheres em uniões consensuais.

Segundo a redação da lei do concubinato, a mulher só tem o direito à pensão caso comprove ter necessidade material e a aferição dessa necessidade é feita pelo juiz com base nas condições materiais do domicílio e no capital humano das mulheres requerentes (Gama, 2001; Azevedo, 2004). Esperamos, portanto, que caso a mulher tenha sido informada da aprovação da lei e tenha conseguido compreendê-la corretamente, o efeito seja mais acentuado quanto mais pobre for o domicílio e menos escolarizada for a mulher.

Na tabela 9, decompomo o efeito da lei entre mulheres que vivem no campo e mulheres que vivem nas cidades, seguindo a especificação da equação 2. As estimativas são coerentes com os requerimentos da lei: O aumento do número de filhos desejado pelas concubinas está concentrado na área rural. Nas áreas urbanas, mulheres em concubinato desejavam 0,5 filho a menos do que mulheres casadas. Para elas a lei não teve impacto significativo. Já nas áreas rurais, essa diferença era de 1,59 filho por mulher (coluna 4) e após a passagem da lei, cai para 0,6 filho por mulher. Mulheres em concubinato passaram a desejar um filho (coluna 4) a mais com a passagem da lei (estatisticamente significativa a 1%).

A magnitude e a significância do efeito pouco se alteram quando quebramos a amostra entre mulheres com menos e com mais de 5 anos de relacionamento. Entre as últimas, o efeito também foi de aproximadamente 1 filho por mulher (significante a 1%), reduzindo a diferença do número desejado de filhos entre casadas e concubinas a pouco menos de 20% do que era em 1991

**Tabela 9**  
**Estimativas de diferenças em diferenças para o número ideal de filhos reportado pelas mulheres**  
 Mínimos Quadrados ordinários

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
<i>Area rural ou urbana</i>								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
$\phi$ : Região Rural	0.103 (0.810)	0.753** (0.025)	0.806** (0.024)	0.949*** (0.005)	0.623* (0.097)	0.975** (0.029)	-0.002 (0.998)	0.982** (0.016)
$\tau$ : Região Urbana	0.308* (0.051)	0.073 (0.649)	0.110 (0.501)	0.121 (0.467)	0.008 (0.968)	-0.166 (0.448)	0.364* (0.098)	0.234 (0.360)
<i>Outras dummies</i>								
$\phi$ :Concubina na área rural	-0.545 (0.151)	-1.179*** (0.000)	-1.071*** (0.000)	-1.159*** (0.000)	-0.682** (0.030)	-1.023*** (0.005)	-0.423 (0.379)	-1.204*** (0.000)
$\rho$ :Concubina na área urbana	-0.914*** (0.000)	-0.728*** (0.000)	-0.500*** (0.000)	-0.501*** (0.000)	-0.299* (0.052)	-0.099 (0.585)	-0.946*** (0.000)	-0.717*** (0.002)
$\pi_1$ : Ano*rural	-0.236* (0.059)	-0.160 (0.311)	-0.185 (0.246)	-0.204 (0.192)	-0.197 (0.144)	-0.360** (0.034)	-0.251* (0.073)	-0.190 (0.318)
$\pi_2$ : Ano**urbana	-0.586*** (0.000)	-0.184* (0.053)	-0.283*** (0.002)	-0.268*** (0.004)	-0.335*** (0.003)	-0.192* (0.073)	-0.653*** (0.000)	-0.304** (0.010)
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Observações	4835	3385	3370	3322	855	757	3875	2486
R2 ajustado	0.035	0.044	0.084	0.092	0.043	0.102	0.027	0.077

**Nota 1:** Cada coluna da tabela apresenta uma estimação por mínimos quadrados ordinários da equação 2 considerando diferentes grupos de tratamento e comparação.

$$y_{it} = \kappa + \pi_1 * dAno_{it} * Rural_{it} + \pi_2 * dAno_{it} * Urbano_{it} + \phi * dTrat_{it} * Rural_{it} + \rho * dTrat_{it} * Urbano_{it} + \phi * dAno_{it} * dTrat_{it} * Rural_{it} + \tau * dAno_{it} * dTrat_{it} * Urbano_{it} + \mu * X_{it} + \xi_{it}$$

**Nota 2:** Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

**Nota 3:** Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos, a mulher deseja ter mais filhos que o marido. Controles sócio econômicos: Possui rádio, Possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade e idade ao quadrado. Controles de fecundidade: Filhos vivos, partos nos últimos 5 anos, conhece métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, está grávida durante a pesquisa. Controles de mercado de trabalho: trabalha ou não, trabalha dentro ou fora de casa. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, Presença de outro homem, presença de outra mulher, presença de crianças durante a entrevista.

(coluna 8). Já entre as concubinas com menos de 5 anos de relacionamento, o coeficiente estimado do efeito da lei permanece semelhante: 0,975 filho por mulher (significante a 5%). Para estas mulheres, após a lei, o número de filhos desejado passa a ser praticamente o mesmo de suas contrapartes casadas.

Esses efeitos não parecem ser fruto de uma recomposição dos grupos de tratamento e controle ou entre as áreas urbana e rural. A estimativa de diferenças em diferenças aumenta de magnitude ao adicionarmos paulatinamente as variáveis de controle. Caso o efeito encontrado estivesse sendo gerado por uma recomposição em variáveis observáveis dos grupos de tratamento e comparação sua magnitude deveria diminuir, e não o contrário.

Cabem aqui três qualificações sobre esses resultados. A primeira é que se o mecanismo por trás da concentração do efeito da lei na área rural é a exigência da comprovação de necessidade financeira da concubina separada, ao incluirmos variáveis socioeconômicas como controles na equação 2 o efeito na área rural passaria a ser o mesmo que na área urbana. Entretanto, a renda nas cidades pode ser maior devido a fatores não observados, como segmentação do mercado de trabalho ou transbordamentos (spillovers) de produtividade. Além disso, é pouco provável que estejamos captando toda a variação na renda potencial da mulher através desses controles, até porque a DHS não informa nada sobre renda do domicílio. A dummy de moradia na cidade ou no campo agiria, portanto, como uma Proxy para a renda potencial da mulher, que não é observável. Devemos também atentar para o fato de que o efeito sobre fecundidade maior na área rural pode simplesmente refletir o famoso trade-off entre a qualidade e a quantidade de crianças (Becker, 1981), e não os requerimentos necessários para se obter a pensão. Como o salário das mulheres nas cidades é maior do que no campo, o custo de oportunidade de cuidar de uma criança na cidade é maior do que na área rural. Desse modo, o número desejado de filhos no campo é maior. Devido ao menor custo de criação de uma criança na área rural, apenas as mães que moram no campo poderiam aceitar criar mais um filho.

O terceiro ponto a se ressaltar é que, apesar da tradição do Direito brasileiro em observar o binômio “necessidade do credor/ possibilidade do devedor” em questões relativas a pensões alimentícias (Calmon e Gama, 2000), a pobreza não desobriga o companheiro a pagar a pensão alimentícia. Caso um dos companheiros não tenha condições materiais de pagar os alimentos, a pensão não

é afixada, porém somente até o momento em que a condição financeira do cônjuge devedor melhore. A regra usual é estabelecer como valor mínimo da pensão um percentual do salário mínimo e o ex-marido que atrasa o pagamento da pensão por mais de três meses, a não ser por comprovada falta de meios para tal, fica sujeito à prisão (Gama,2001).

## 6.2. Cirurgia de esterilização

Uma forma de checar se as alterações da fecundidade desejada podem corresponder a uma mudança de fato da fecundidade das mulheres analisadas é acompanhar a conjugação entre a frequência sexual e uso de métodos anticoncepcionais das mulheres casadas e das concubinas. Os métodos mais usuais de anticoncepção no Nordeste são a pílula e a esterilização feminina.

Até novembro de 1997 (Brasil, 1997<sup>a</sup>), a esterilização era ilegal e o médico responsável pela cirurgia corria o risco de ser punido por lesão corporal de acordo com o código penal de 1940. Apesar disso, aproximadamente 40% das mulheres unidas e em idade fértil no Nordeste estavam esterilizadas em 1996. A saída encontrada por médicos e políticos para satisfazer a alta demanda por esterilizações foi embutir os custos do procedimento nas cirurgias cesarianas, em muitos casos aproveitando-se de uma brecha no Código de Ética Médica que autorizava a realização dessa cirurgia caso gravidezes futuras pudessem trazer riscos de vida à mãe. O risco de rompimento uterino após dois ou três partos por cesarianas, por exemplo, poderia justificar a laqueadura durante o parto (Caetano e Potter, 2004; Berquó e Cavenaghi, 2003).

A tabela 10 apresenta as estimativas de diferenças em diferenças obtidas através de um modelo de probabilidade linear onde a variável dependente vale 1 se a mulher tiver sido esterilizada e zero caso contrário. Entre 1991 e 1996, a probabilidade de se encontrar uma concubina esterilizada diminuiu por volta de 13 pontos percentuais em relação a uma mulher casada. Se levarmos em conta que a média de esterilização gira em volta de 40%, esse número implica uma queda de pouco mais de 25% na probabilidade de se esterilizar.

Tabela 10  
**Estimativas de diferenças em diferenças para a probabilidade de ter realizado cirurgia de esterilização**  
 Modelo de probabilidade linear

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
<i>Probabilidade de Esterilização</i>								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
$\psi$ : Efeito médio : (dAno * dTrat)	-0.059 (0.229)	-0.166*** (0.000)	-0.126*** (0.000)	-0.129*** (0.000)	0.060 (0.159)	-0.018 (0.633)	-0.052 (0.417)	-0.080** (0.041)
<i>Outras dummies</i>								
$\theta$ : Concubinas: (dTrat)	-0.120*** (0.002)	-0.007** (0.043)	0.024** (0.030)	0.042*** (0.003)	-0.039* (0.084)	0.007 (0.609)	-0.058 (0.270)	0.034* (0.059)
$\gamma$ : Ano: (dAno)	0.086*** (0.000)	0.492*** (0.000)	0.430*** (0.000)	0.422*** (0.000)	0.021 (0.461)	0.081*** (0.000)	0.088*** (0.000)	0.507*** (0.000)
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Observações	4908	3385	3299	3225	859	745	3939	2480
R2 ajustado	0.014	0.328	0.430	0.442	0.011	0.206	0.008	0.466

**Nota 1:** Cada coluna representa uma estimação da equação 1 através de um modelo de probabilidade linear considerando diferentes grupos de tratamento e comparação.

$$y_{it} = \alpha + \gamma * dAno_{it} + \theta * dTrat_{it} + \psi * dAno_{it} * dTrat_{it} + \beta * X_{it} + \epsilon_{it}$$

**Nota 2:** Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

**Nota 3:** Controles de desejo são: Número desejado de filhos pela mulher, marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos : Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, tem dois filhos ou mais, tem três filhos ou mais, quatro filhos ou mais, 5 filhos ou mais, estav grávida durante a entrevista. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

**Fonte:** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

A tabela 11 mostra a decomposição do efeito sobre a esterilização pelo número de filhos e pela área rural e urbana. Segundo Caetano e Potter (2004) e Berquó e Cavenaghi (2003), raramente se esterilizava uma mulher com menos de dois filhos. Para uma mulher sem nenhum filho a esterilização era feita pela amarração das trompas, mas ficava registrada como salpingectomia, que consiste no corte das mesmas (Berquó e Cavenaghi, 2003). A tabela 11 mostra que a diminuição da probabilidade de esterilização na área rural se dá no segundo parto. Tanto para as mulheres com menos, quanto para aquelas com exatamente dois filhos, a queda da probabilidade de esterilização gira em torno de 30 pontos percentuais (significante a 1%) na área rural. Isso indica que para elas a lei afeta a decisão de ter o terceiro filho. Para as mulheres com menos de 5 anos de união, esse padrão se repete, mas com menor magnitude. Para estas, a queda é de 9% quando têm menos de dois filhos e de 14% quando têm exatamente dois. Já na área urbana, a queda está concentrada entre as mulheres que possuem menos de dois filhos

Tabela 11

## Estimativas de diferenças em diferenças para a probabilidade de ter realizado cirurgia de esterilização

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro pelo menos 1 filho comum</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
	Panel A- Mulher possui mais ou menos do que 2 filhos							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças ( decomposição do efeito)</i>								
Mulher tem menos de dois filhos	-0.033 (0.241)	-0.443*** (0.000)	-0.369*** (0.000)	-0.365*** (0.000)	0.023 (0.533)	-0.043 (0.198)	0.013 (0.829)	-0.389*** (0.000)
Mulher tem dois filhos ou mais	-0.029 (0.626)	-0.063* (0.084)	-0.037 (0.304)	-0.039 (0.291)	0.106 (0.113)	0.013 (0.821)	-0.023 (0.728)	-0.045 (0.297)
<i>Número de observações</i>	4836	3337	3251	3225	850	745	3876	2480
<i>R- Squared</i>	0.031	0.346	0.436	0.446	0.023	0.199	0.014	0.467
Panel B : Menos de dois filhos, dois filhos, mais de dois filhos X Região rural ou urbana								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças ( decomposição do efeito)</i>								
Mulher vive na área rural e tem menos de dois filhos	-0.037 (0.481)	-0.449*** (0.000)	-0.340*** (0.000)	-0.304*** (0.000)	-0.021 (0.464)	-0.093** (0.034)	0.000 (.)	0.000 (.)
Mulher vive na área rural e tem exatamente dois filhos	-0.169 (0.276)	-0.330*** (0.000)	-0.316*** (0.000)	-0.314*** (0.000)	0.028 (0.574)	-0.140*** (0.001)	-0.304 (0.208)	-0.239** (0.026)
Mulher vive na área rural e tem três filhos ou mais	0.012 (0.911)	-0.067 (0.286)	-0.017 (0.781)	-0.009 (0.882)	0.031 (0.866)	0.002 (0.991)	0.004 (0.974)	-0.057 (0.374)
Mulher vive na área urbana e tem menos de dois filhos	-0.034 (0.242)	-0.443*** (0.000)	-0.373*** (0.000)	-0.372*** (0.000)	0.033 (0.425)	-0.031 (0.384)	-0.015 (0.796)	-0.433*** (0.000)
Mulher vive na área urbana e tem exatamente dois filhos	0.103 (0.331)	-0.036 (0.573)	-0.020 (0.744)	-0.022 (0.740)	0.209** (0.020)	0.149 (0.100)	0.082 (0.587)	-0.007 (0.930)
Mulher vive na área urbana e tem três filhos ou mais	-0.056 (0.527)	0.025 (0.689)	0.023 (0.709)	0.024 (0.708)	0.013 (0.960)	-0.028 (0.822)	-0.039 (0.678)	-0.023 (0.728)
<i>Number of observations</i>	3299	3385	3299	3225	761	745	2538	2480
<i>R- Squared</i>	0.438	0.350	0.438	0.449	0.187	0.226	0.457	0.469
<i>Controles</i>								
Desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sócio -Econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Mercado de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

**Nota1:** Cada coluna do painel A representa uma estimação da equação 3 através de um modelo de probabilidade linear considerando diferentes grupos de tratamento e comparação.

$$y_{it} = \kappa + \pi_1 * dAno_{it} * MenosDois_{it} + \pi_2 * dAno_{it} * MaisDois_{it} + \phi * dTrat_{it} * MenosDois_{it} + \rho * dTrat_{it} * MaisDois_{it} + \varphi * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} + \tau * dAno_{it} * dTrat_{it} * MaisDois_{it} + \mu * X_{it} + \xi_{it}$$

A variável MenosDois vale 1 se a mulher não tem ou tem apenas um filho e zero caso contrário, enquanto a variável MaisDois vale 1 se a mulher tem dois filhos ou mais, e zero caso contrário. No painel B, interajo o número de filhos com a região de moradia da mulher. Cada célula apresenta as estimativas de diferenças em diferenças obtidas na estimação da equação 4, reproduzida abaixo, através de um modelo de probabilidade linear

$$y_{it} = \hat{\rho} + \delta * dAno_{it} + \theta * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Rural_{it} + \lambda * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Urbano_{it} + \Theta * dTrat_{it} * Dois_{it} * Rural_{it} + \vartheta * dTrat_{it} * Dois_{it} * Urbano_{it} + \vartheta * dTrat_{it} * Tres_{it} * Rural_{it} + \zeta * dTrat_{it} * Tres_{it} * Urbano_{it} + \omega * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Rural_{it} + \Phi * dAno_{it} * dTrat_{it} * MenosDois_{it} * Urbano_{it} + \Xi * dAno_{it} * dTrat_{it} * Dois_{it} * Rural_{it} + \sigma * dAno_{it} * dTrat_{it} * Dois_{it} * Urbano_{it} + \Gamma * dAno_{it} * dTrat_{it} * Tres_{it} * Rural_{it} + \Omega * dAno_{it} * dTrat_{it} * Tres_{it} * Urbano_{it} + A * X_{it} + v_{it}$$

**Nota 2:** Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

**Nota 3:** Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos : Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, estava grávida durante a entrevista. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho,. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

**Fonte:** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 1991 e 1996

## 7- Exercícios de Robustez

### 7.1.Tendência Temporal

Todos os efeitos encontrados anteriormente poderiam ser fruto de uma tendência de redução da diferença entre a fecundidade de mulheres concubinas e mulheres casadas ao longo dos anos. Caso houvesse tal tendência, o aumento relativo da fecundidade desejada pelas concubinas seria causado por outros fatores, não pela passagem da Lei do Concubinato.

Quando analisamos os dados da DHS de 1986 e 1991, encontramos uma tendência oposta à que geraria os resultados encontrados. Há uma queda da fecundidade tanto de mulheres casadas quanto de concubinas. Porém, como mostra Lazo (2000), a queda é maior entre as mulheres em coabitação. Os gráficos abaixo, corroboram tal observação.



Caso a tendência continuasse a ser verificada em 1996, a diferença entre a fecundidade desejada por casadas e concubinas aumentaria. Pode-se argumentar, contudo, que quanto menor o número médio de filhos, menor será a queda da fecundidade devido às melhorias de condições de vida e que, portanto, deveria haver uma tendência à convergência dos níveis de fecundidade das uniões formais e informais no longo prazo. A passagem da lei do concubinato, no entanto, foi capaz de não só anular a tendência de aumento dessa diferença, como também tratou de invertê-la. Como mostram os resultados anteriormente apresentados, tal inversão da tendência ocorre mesmo após controlarmos por inúmeras variáveis sócio-econômicas que poderiam explicar a transição demográfica no Nordeste.

## 7.2.Outros indicadores de Fecundidade

Tabela 12  
Testes de Robustez

Grupo de tratamento :	Concubinas versus Formalmente casadas			Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
Grupo de controle :	Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro			Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum		Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum	
<i>Painel A: Último parto foi feito por cirurgia cesariana</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Região Rural	-0.114*** (0.001)	-0.146*** (0.000)	-0.112** (0.012)	-0.045 (0.495)	-0.127 (0.229)	-0.150*** (0.001)	-0.119** (0.023)
Região Urbana	-0.022 (0.652)	-0.029 (0.533)	-0.027 (0.539)	0.052 (0.503)	0.037 (0.649)	-0.035 (0.585)	-0.043 (0.481)
Número de observações	2015	2015	1966	744	728	1271	1238
	0.042	0.137	0.180	0.023	0.146	0.085	0.227
<i>Painel B: Gravidez atual: Gostaria de ter tido (No momento ou depois)</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Região Rural	0.387** (0.041)	0.414** (0.017)	0.491* (0.060)	0.742** (0.020)	0.455 (0.173)	0.243 (0.288)	-0.115 (0.717)
Região Urbana	0.102 (0.604)	0.074 (0.679)	0.000 (0.999)	-0.072 (0.792)	-0.072 (0.528)	0.142 (0.565)	0.179 (0.491)
Número de observações	277	273	265	98	95	175	170
R2 Ajustado	0.108	0.278	0.326	0.184	0.554	0.118	0.322
<i>Painel C: Não deseja ter mais filhos ou é esterilizada ou é infecunda</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Região Rural	-0.256*** (0.000)	-0.131** (0.022)	-0.112* (0.076)	-0.447*** (0.005)	-0.294** (0.038)	-0.138** (0.026)	-0.048 (0.479)
Região Urbana	-0.098 (0.109)	-0.042 (0.390)	-0.036 (0.467)	-0.024 (0.798)	-0.018 (0.827)	-0.072 (0.276)	-0.040 (0.499)
Número de observações	3416	3328	3251	765	748	2563	2503
R2 Ajustado	0.050	0.309	0.340	0.102	0.303	0.047	0.213
<i>Controles</i>							
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

**Nota1:** A tabela 13 apresenta as estimativas de diferenças em diferenças para a probabilidade de ocorrência dos seguintes eventos:

Painel A: Último parto foi feito por cirurgia cesariana. A variável dependente vale 1 se o último parto foi feito via cirurgia cesariana e zero caso contrário (parto normal)

Painel B: Gostaria de ter engravidado. A variável dependente toma o valor de 1 caso a mulher ache que a gravidez ocorreu no momento certo ou acha que poderia ter ocorrido algum momento depois. A variável vale zero se a mulher não queria ter engravidado de forma alguma.

Painel C: Não deseja ter mais filhos ou é esterilizada ou é infecunda. Essa variável é uma medida das chances de uma mulher engravidar no futuro. Ela vale 1 se a mulher não deseja ter mais filhos ou foi esterilizada ou é infecunda por outro motivo, e vale zero caso contrário.

**Nota 2:** Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

**Nota 3:** Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos : Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, tem dois filhos ou mais, tem três filhos ou mais, quatro filhos ou mais, 5 filhos ou mais. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho., Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

Fonte: PNDS 1991 e 1996

A variável sobre o tamanho desejado da família é utilizada em pesquisas de demografia desde as primeiras Pesquisas Mundiais de Fecundidade (WFS) da década de 1970. Apesar de ser bastante precisa para determinar a taxa de fecundidade total das populações pesquisadas (Pritchett, 1994, Bankole e Westoff, 1998), alguns autores argumentam que o mesmo não valeria para o nível individual. Gravidezes indesejadas, mortalidade infantil ou forte preferência por filhos de um determinado sexo poderiam fazer com que mulheres tivessem mais filhos do que reportam desejar. Pode ocorrer ainda de as mulheres racionalizarem gravidezes indesejadas, aumentando o tamanho ideal da família para não admitir que tiveram filhos não desejados (Bongaarts, 1990; Tan e Tey, 1994).

Uma forma alternativa de se medir a fecundidade é perguntar se a última gravidez foi desejada naquele momento, se a mulher gostaria de ter o filho, porém em outro momento, ou se não gostaria de tê-lo de forma alguma. No painel B da tabela 12, estimo um modelo de probabilidade linear no qual a variável dependente vale 1 se a mulher gostaria de ter tido o filho no momento ou depois e vale zero se a gravidez foi indesejada. A coluna 4 mostra que as concubinas passaram aceitar mais a gravidez em relação à suas contrapartes casadas. Apesar do alto coeficiente estimado para todas as concubinas afetadas pela lei, as estimativas não são robustas à quebra da amostra pelo tempo de união. Um outro problema dessa medida é que ela não é imune ao problema da racionalização, que pode estar por trás da alta magnitude (49%) do coeficiente da coluna 4.

Outra forma de se determinar a taxa de fecundidade é perguntar às mulheres se elas querem continuar tendo filhos. Bankole e Westoff (1998), usando única DHS com dados em painel, a do Marrocos de 1992 e 1995, mostram que uma esta pode ser uma variável bastante precisa para a determinação da taxa de fecundidade total de uma população. O mesmo resultado é encontrado por Islam e Bairagi (2003) que acompanharam por 5 anos o comportamento fértil de mulheres da região rural de Matlab, em Bangladesh.

Seguindo o agrupamento adotado por Islam e Bairagi (2003), estimamos um modelo de probabilidade linear no qual a variável dependente assume o valor 1 se a mulher é infecunda, esterilizada ou não deseja mais ter filhos, e zero caso contrário. A regressão estima a equação 1. Mais uma vez, o efeito da lei se mostra concentrado na área rural. A coluna 4 do painel C mostra que a probabilidade de uma concubina não desejar ter mais filhos, ser estéril ou infecunda decresce por volta de 10% para as concubinas afetadas pela lei e que moram na área rural. Para as concubinas que têm menos de 5 anos de união e pelo menos um filho com o atual cônjuge, a redução é de aproximadamente 30 pontos percentuais.

### **7.3.Outros indicadores de pobreza do domicílio**

A Lei do Concubinato incide com maior força sobre aquelas mulheres que possam vir a necessitar de alimentos no caso da dissolução da união. De forma a testar se é realmente esse o canal pelo qual as estimativas do efeito da Lei são

mais altas nas áreas rurais, decompõem o efeito da Lei por outras variáveis que possam também indicar a pobreza do domicílio. Os painéis A B e C da tabela 13 mostram as estimativas de uma modificação da equação 1 para o número ideal de filhos, decompondo pela existência de água encanada no domicílio, analfabetismo da mulher entrevistada e posse de sanitário dentro ou no entorno da casa.

Para as mulheres com mais de 5 anos de união ou pelo menos um filho, o efeito da Lei gira em torno de 0,7 filho a desejado a mais pelas concubinas que não possuem água encanada em casa, que não sabem ler e entre as que não possuem um sanitário dentro ou no entorno da casa. Confirmando a hipótese de que a Lei age sobre as mulheres mais pobres do Nordeste, o efeito estimado não é estatisticamente diferente de zero para as mulheres que sabem ler ou que possuem banheiro ou água em casa. O efeito não se mostrou significativo para as mulheres com menos de 5 anos de união. Já entre as mulheres que possuem um filho, estão unidas há mais de 5 anos e são consideradas mais pobres segundo os critérios supracitados, efeito estimado é semelhante ao encontrado na área rural, próximo de um (1) filho a mais por mulher e significativo a 5%. É de se notar também que, dos 3 critérios utilizados como proxy de pobreza, o provavelmente mais severo de todos, falta de um sanitário dentro ou no entorno da casa, é aquele cujo coeficiente estimado é o maior (1,15 filho por mulher concubina que não possui sanitário em casa) e com a maior significância estatística.

Tabela 13  
Testes de Robustez

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas			Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>			<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
<i>Painel A: Possui água encanada em casa ou no entorno dela</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Não possui água encanada	0.492* (0.062)	0.549* (0.065)	0.726** (0.021)	0.144 (0.656)	0.133 (0.727)	0.649* (0.057)	0.975** (0.020)
Possui água encanada	0.098 (0.655)	0.035 (0.836)	0.038 (0.828)	0.155 (0.433)	0.021 (0.926)	0.021 (0.947)	0.099 (0.691)
<i>Número de observações</i>	4725 0.032	3296 0.044	3234 0.095	854 0.043	750 0.100	3871 0.028	2484 0.078
<i>Painel B: Sabe ler ou não</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Não sabe ler	0.471 (0.150)	0.668** (0.047)	0.699* (0.057)	0.527 (0.143)	0.441 (0.326)	0.408 (0.358)	0.963** (0.043)
Sabe ler	0.148 (0.481)	0.058 (0.730)	0.115 (0.505)	0.055 (0.779)	-0.041 (0.853)	0.195 (0.497)	0.199 (0.442)
<i>Número de observações</i> <i>R2 Ajustado</i>	4726 0.031	3295 0.043	3236 0.094	854 0.042	750 0.100	3872 0.026	2486 0.078
<i>Painel C: Possui sanitário em casa ou no entorno dela</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Não possui sanitário	0.562** (0.045)	0.538* (0.088)	0.713** (0.026)	0.176 (0.576)	0.032 (0.932)	0.751* (0.052)	1.154*** (0.005)
Possui sanitário	0.096 (0.656)	0.083 (0.600)	0.097 (0.572)	0.203 (0.292)	0.113 (0.608)	0.052 (0.859)	0.141 (0.589)
<i>Número de observações</i> <i>R2 Ajustado</i>	4721 0.032	3294 0.044	3232 0.094	851 0.040	747 0.097	3870 0.028	2485 0.078
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

**Nota 1:** A tabela 12 apresenta as estimativas de diferenças em diferenças para a probabilidade de ocorrência dos seguintes eventos:

Painel A: Último parto foi feito por cirurgia cesariana. A variável dependente vale 1 se o último parto foi feito via cirurgia cesariana e zero caso contrário (parto normal)

Painel B: Gostaria de ter engravidado. A variável dependente toma o valor de 1 caso a mulher ache que a gravidez ocorreu no momento certo ou acha que poderia ter ocorrido algum momento depois. A variável vale zero se a mulher não queria ter engravidado de forma alguma.

Painel C: Não deseja ter mais filhos ou é esterilizada ou infecunda. Essa variável é uma medida das chances de uma mulher engravidar no futuro. Ela vale 1 se a mulher não deseja ter mais filhos ou foi esterilizada ou é infecunda por outro motivo, e vale zero caso contrário.

Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses. Nas primeiras 4 colunas, o grupo de tratamento é composto por concubinas que possuem mais 5 de anos de união estável ou que tem um filho em comum com seu companheiro, enquanto que o grupo de comparação é constituído por mulheres legalmente casadas com as mesmas características.

**Nota 2:** Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos: Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, tem dois filhos ou mais, tem três filhos ou mais, quatro filhos ou mais, 5 filhos ou mais. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

Fonte: PNDS 1991 and 1996

## 7.4. Amostra Placebo

O grupo das mulheres que não possuem filho com o atual marido e têm menos de 5 anos de união não é diretamente afetado pela lei do concubinato, podendo se constituir em um grupo placebo para a passagem da lei. Se efeitos mostrados anteriormente se deverem à recomposições entre o grupo de tratamento e comparação ou entre as áreas rural e urbana, esperaríamos que também afetasse também as estimativas de diferenças de diferenças da comparação entre concubinas e casadas sem filhos e com menos de 5 anos de união.

Tabela 14  
Número Ideal de Filhos: Placebo

Grupo de tratamento :	Concubinas versus			
Grupo de controle :	Formalmente casadas			
<i>Mulheres com menos de 5 anos de união e sem filho comum com o atual parceiro</i>				
<i>Painel A</i>				
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>				
Toda a amostra	0.164 (0.484)	0.044 (0.865)	0.046 (0.853)	0.091 (0.713)
<i>Painel B</i>				
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>				
Região Urbana	0.472** (0.036)	0.324 (0.172)	0.262 (0.260)	0.365 (0.129)
Região Rural	-0.632 (0.268)	-0.583 (0.381)	-0.471 (0.481)	-0.454 (0.479)
<i>Controles</i>				
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim
Controles sócio-econômico	Não	Não	Sim	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim
Observações	372	340	335	332
R2 ajustado	0.023	0.047	0.127	0.189

Fonte: PNDS 1991 e 1996

**Nota1:** A tabela 11 apresenta as estimativas de diferenças em diferenças para o número desejado de filhos de mulheres que não foram afetadas pela lei. O grupo de tratamento são as concubinas com menos de 5 anos de união que não têm nenhum filho da atual relação, e o grupo de comparação são mulheres casadas na mesma situação. Estimo a equação 1 e 2 por mínimos quadrados ordinários. Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

A tabela 14 mostra que a lei do concubinato não afeta as decisões de planejamento familiar de mulheres que não são elegíveis à aplicação da lei. O efeito estimado da lei é próximo de zero (0.091) e não se pode rejeitar a hipótese de que ele seja nulo (p-valor de 71%). Em relação à decomposição entre as áreas rural e urbana, não rejeitamos a hipótese de os coeficientes estimados serem diferentes de zero. O efeito, entretanto, aparece com sinal negativo para a área rural. A grande variância das estimativas decorre provavelmente de baixo número de observações disponíveis para a realização desse exercício quando decomposmos o efeito por área rural e urbana.

## 7.5.Migração

Caso as mulheres com menor desejo por filhos tivessem migrado do campo para a área urbana, a média do número de filhos desejado no campo subiria somente devido à migração, e não à segurança proporcionada pela lei.

Uma forma de contornar esse problema é retirar da amostra todas as mulheres que migraram (independente da origem e do destino) nos últimos 5 anos. A Tabela 15 mostra as estimações do efeito da lei do concubinato quando retiramos tais mulheres. Entre as que têm menos de 5 anos de união, aproximadamente 30% são migrantes. Ao ficarmos apenas com as mulheres não

migrantes, o efeito da lei sobre o número ideal de filhos é reforçado, chegando a 1,3 filho (significante a 5%) por mulher na área rural, rejeitando a hipótese da migração. A magnitude do efeito não é muito alterada quando quebramos a amostra entre mulheres com mais e com menos de 5 anos de união.

Tabela 15  
Exercícios de Robustez: Migração

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com pelo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e pelo menos 1 filho comum</i>	
<b>Panel A- Número Ideal de Filhos : Retirando da amostra todas as mulheres que migraram entre 1991 e 1996</b>								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
Toda a amostra	0.278 (0.172)	0.386** (0.027)	0.413** (0.024)	0.445** (0.014)	0.216 (0.373)	0.094 (0.702)	0.276 (0.309)	0.571** (0.016)
<i>(Decomposição do efeito)</i>								
Região Rural	0.374 (0.456)	1.013*** (0.009)	1.115*** (0.005)	1.293*** (0.001)	0.953** (0.031)	1.296** (0.012)	0.232 (0.711)	1.324*** (0.004)
Região Urbana	0.228 (0.203)	0.114 (0.479)	0.110 (0.522)	0.148 (0.398)	-0.059 (0.813)	-0.175 (0.493)	0.252 (0.297)	0.208 (0.403)
<i>Observações na amostra original</i>	4835	3385	3370	3322	855	750	3875	2486
<i>Número de observações</i>	4109	2837	2823	2785	610	535	3405	2174
<i>R2 ajustado</i>	0.027	0.045	0.087	0.098	0.028	0.115	0.024	0.083
<b>Panel B- Probabilidade de Esterilização: Retirando da amostra todas as mulheres que migraram entre 1991 e 1996</b>								
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
Toda a amostra	-0.071 (0.193)	-0.177*** (0.000)	-0.125*** (0.000)	-0.127*** (0.000)	0.072 (0.156)	-0.041 (0.375)	-0.064 (0.342)	-0.074* (0.066)
<i>(Decomposição do efeito)</i>								
Região Rural	-0.093 (0.329)	-0.209*** (0.000)	-0.125** (0.011)	-0.124** (0.016)	-0.026 (0.736)	-0.096 (0.121)	-0.089 (0.430)	-0.089 (0.137)
Região Urbana	-0.060 (0.346)	-0.170*** (0.000)	-0.130*** (0.001)	-0.125*** (0.002)	0.106** (0.047)	-0.023 (0.657)	-0.044 (0.594)	-0.061 (0.218)
<i>Observações na amostra original</i>	4908	3385	3299	3225	859	745	3939	2480
<i>Número de observações</i>	4168	2837	2761	2698	612	530	3457	2168
<i>R2 ajustado</i>	0.015	0.343	0.438	0.450	0.018	0.217	0.009	0.470
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

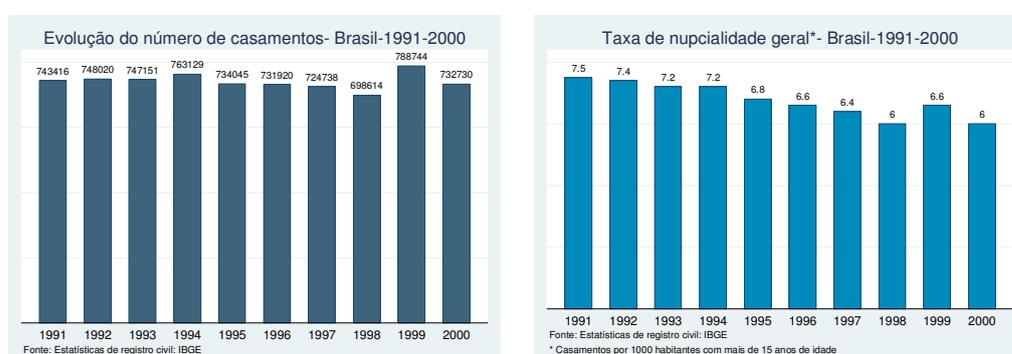
**Nota:** Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

**Fonte:** Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 1991 e 1996.

Em relação à probabilidade de esterilização, o efeito é de uma diminuição em torno de 12 pontos percentuais quando consideramos mulheres com um filho em comum ou mais de 5 anos de relacionamento. Para esse grupo, a diminuição da probabilidade de esterilização é estatisticamente significativa a 5% na área rural e a 1% na área urbana. Já para as mulheres com menos de 5 anos de união, o efeito deixa de ser significativo a 10% nas duas áreas. Entre as mulheres com mais de 5 anos de união, a queda da probabilidade de se fazer a esterilização é de aproximadamente 7 pontos percentuais, significativa a 10%.

## 7.6. Recomposição por casamentos e separações

Segundo as estatísticas de registro civil do IBGE, durante a década de 90 houve uma queda da proporção de casamentos formais em relação à população com mais de 15 anos de idade. Não há uma quebra dessa tendência em 1995 ou 1996. Aparentemente, portanto, a Lei do Concubinato não afetou a decisão de se casar ou não. Em relação aos divórcios e separações, tampouco se observa qualquer aumento ou diminuição mais acentuada, com aproximadamente 84 mil divórcios em 1994, 87 mil em 1995 e 84 mil em 1996 ( IBGE, 2002).



De forma a me certificar de que o impacto estimado da lei não se deve à mudanças do mercado matrimonial entre os dois anos analisados, adoto a seguinte estratégia: Estimo, através de um modelo multinomial logístico, a probabilidade de que uma mulher esteja legalmente casada, em coabitação e separada/ ou divorciada em 1991. Repito o procedimento para 1996. Uma vez estimados os dois modelos, simulo qual seria a probabilidade de cada mulher estar em cada um dos estados conjugais no ano em que foi entrevistada. Para cada mulher, simulo também a probabilidade de cada estado conjugal caso ela fosse entrevistada no outro ano, mas permanecesse com suas características do ano em que foi de fato entrevistada, exatamente como se faz para se calcular uma decomposição de Oaxaca(1973)-Blinder(1973). Aquelas mulheres cuja diferença da probabilidade estimada de serem casadas em cada ano foi maior 20% foram então excluídas da amostra. O mesmo critério foi adotado para a probabilidade de ser concubina e ser separada/ ou divorciada.

Após retirar as mulheres com alta probabilidade de não mais pertencer ao seu atual estado conjugal caso fossem entrevistadas no outro ano de pesquisa (alta probabilidade de mudar de estado conjugal entre 1991 e 1996), o coeficiente estimado do impacto da Lei do concubinato sobre o número desejado de filhos sobe, passando de 0,98 para 1,972 na área rural, significativa a 1%. Nesse caso, são excluídas 1367 observações, aproximadamente 40% da amostra, e mesmo assim o efeito permanece. Caso o aumento do número desejado de filhos pelas concubinas fosse fruto de uma maior preferência das coortes mais novas pelas uniões consensuais, por um incentivo da Lei à oficialização/ postergação do casamento, ou mesmo devido à uma alteração nas taxas de separação e divórcio, o coeficiente estimado deveria diminuir, e não o contrário.

Tabela 16

**Estimativas de diferenças em diferenças do número ideal de filhos****Retirando da amostra todas as mulheres com probabilidade de mudança do estado conjugal maior que 20%**

Grupo de tratamento : Grupo de controle :	Concubinas versus Formalmente casadas				Concubinas versus Formalmente casadas		Concubinas versus Formalmente casadas	
	<i>Mulheres com mais de 5 anos de união ou com elo menos um filho em comum com o atual parceiro</i>				<i>Menos de 5 anos e elo menos 1 filho comum</i>		<i>Mais de 5 anos e elo menos 1 filho comum</i>	
	<i>Número ideal de filhos</i>							
<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>								
y: (dAno* dTrat)	0.322 (0.370)	0.372 (0.170)	0.289 (0.350)	0.232 (0.467)	-0.076 (0.795)	-0.147 (0.698)	0.389 (0.425)	0.564 (0.188)
<i>Decomposição do efeito</i>								
φ:Concubina na área rural	0.437** (0.042)	0.067 (0.799)	-0.155 (0.580)	-0.196 (0.495)	-0.133 (0.683)	-0.192 (0.628)	0.612** (0.026)	-0.020 (0.962)
ρ:Concubina na área urbana	0.109 (0.920)	1.486*** (0.007)	1.925*** (0.003)	1.972*** (0.006)	0.150 (0.611)	0.390 (0.454)	0.115 (0.926)	2.019** (0.011)
Número de observações	2925	1988	1988	1955	276	249	2649	1706
R <sup>2</sup> ajustado	0.028	0.044	0.083	0.091	0.035	0.097	0.023	0.075
Controles de desejo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles da entrevista	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Nota 1: Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses.

Nota 2: Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos, a mulher deseja ter mais filhos que o marido. Controles sócio econômicos: Possui rádio, Possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade e idade ao quadrado. Controles de fecundidade: Filhos vivos, partos nos últimos 5 anos, conhece métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, está grávida durante a pesquisa. Controles de mercado de trabalho: trabalha ou não, trabalha dentro ou fora de casa. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, Presença de outro homem, presença de outra mulher, presença de crianças durante a entrevista.

Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 1991 e 1996

## 7.7. Propensity Scores Matching

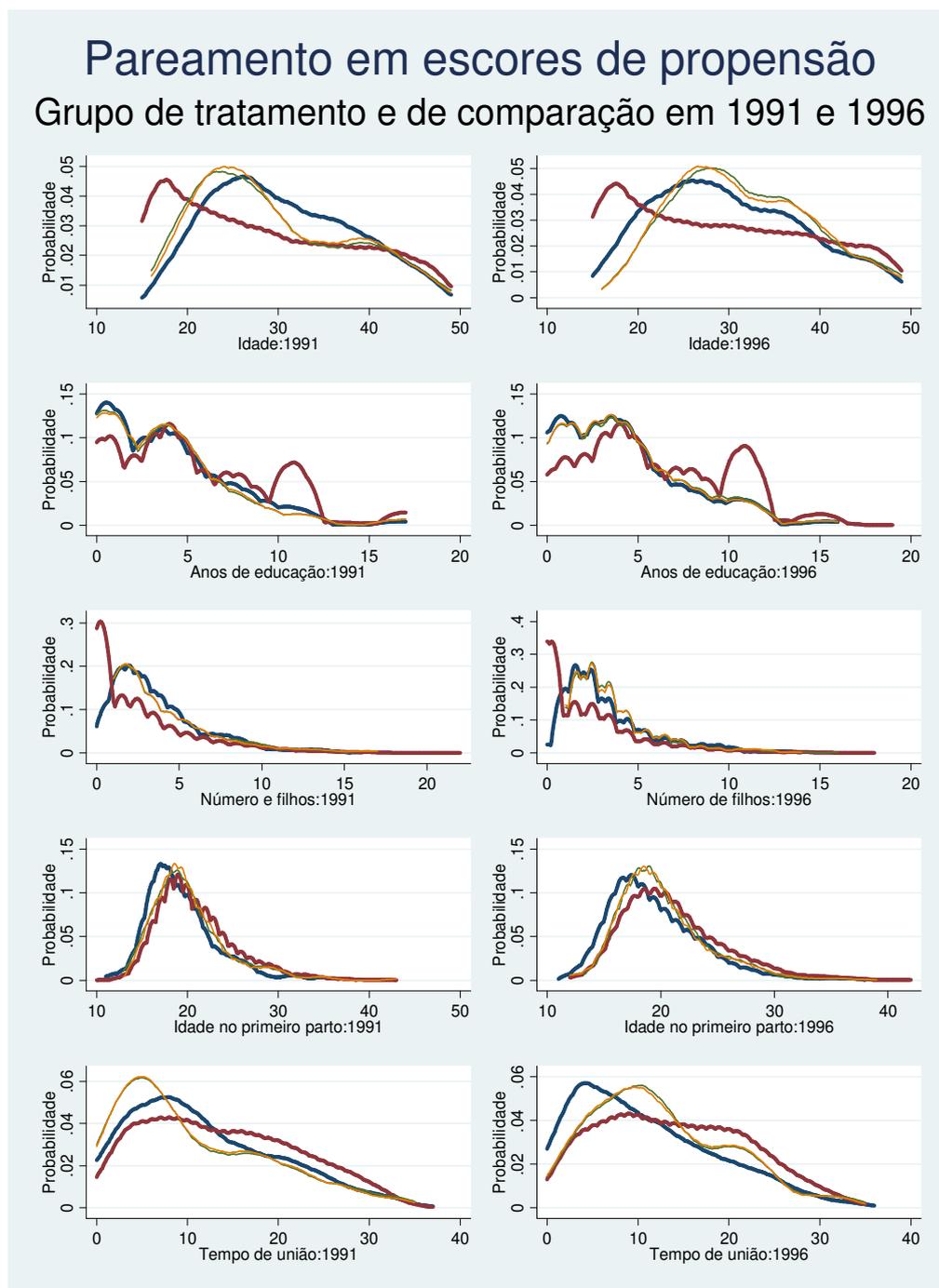
Outra forma de se controlar para um possível viés de seleção amostral é deixar que os próprios dados escolham quais são as mulheres casadas e concubinas mais parecidas e compará-las. Rosembaum e Rubin (1983) mostram que, caso a seleção entre o grupo de tratamento e comparação se dê em variáveis observáveis, podemos sumarizar as características dos indivíduos na probabilidade de ele pertencer ao grupo de tratamento, o chamado escore de propensão.

A vantagem dos escores de propensão em relação à regressão linear é que, por sua natureza não paramétrica, não dependem da hipótese de linearidade da relação estudada. Uma vez estimado o escore, escolhe-se a observação no grupo de controle que mais se parece com cada observação do grupo de tratamento obedecendo-se algum critério.

O problema do experimento proporcionado pela lei do concubinato é que as mulheres concubinas e legalmente casadas passam a ter intenções de fecundidade parecidas após a passagem da lei, e não anteriormente. Assim, se formos comparar simplesmente o número desejado de filhos pelos dois grupos em 1996, o efeito estimado será zero. Uma forma de utilizar as informações dos dois anos da pesquisa é combinar os escores de propensão às diferenças em diferenças. Rodo, portanto, em 1991, uma regressão logística estimando a probabilidade de que casa mulher seja concubina em 1991. Uma vez estimada essa probabilidade, escolho uma a uma (one to one) as concubinas e casadas mais parecidas entre si em 1991, sem reposição. Repito o procedimento para 1996, formo uma nova base de dados e estimo novamente as equações 1 e 2.

O gráfico 4 mostra a estimação por Kernel das densidades de distribuição de algumas características selecionadas. A linha azul cheia representa as concubinas, e a linha vermelha as mulheres casadas. Já as linhas verde e amarela representam o grupo de comparação, formado por uma sub-amostra das mulheres casadas, escolhidas através do pareamento pelos escores de propensão. Como se nota, o procedimento de pareamento das observações aumenta a similaridade das distribuições de características dos grupos de concubinas e das casadas selecionadas.

Figura 5



Nota: Os gráficos acima mostram as distribuições de algumas características dos grupos de mulheres concubinas, legalmente casadas, e do grupo de legalmente casadas formadas através do pareamento por escores de propensão com as concubinas. A primeira coluna mostra as distribuições das características em 1991 e a segunda coluna em 1996. A linha azul forte representa o grupo das concubinas e a vermelha forte a das casadas não pareadas. As linhas verde e amarelo são as distribuições do grupo de casadas pareadas pelo escore de propensão. O método de seleção das observações foi o de escolher a mulher casada mais pareada com cada concubina, sem reposição, com uma mulher de cada grupo. A linha verde representa a distribuição do grupo de casadas pareadas quando a ordem de pareamento foi descendente, e na verde a ordem foi aleatória.

Tabela 17

**Amostra pareada: Método de escores de propensão:  
Um para um, sem reposição, ordenamento aleatório**

Grupo de Tratamento Grupo de Comparação:	Concubinas versus Legalmente casadas							
	Mais de 5 anos ou oelo menos 1 filho comum		Menos de 5 anos e oelo menos 1 filho comum		Mais de 5 anos e oelo menos 1 filho comum		PLACEBO:Menos de 5 anos e sem um filho comum	
	Número Ideal de Filhos							
	<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Toda a amostra	0.443** (0.043)	0.430** (0.035)	0.052 (0.830)	0.172 (0.480)	0.361 (0.120)	0.346 (0.119)	0.302 (0.577)	0.538 (0.192)
	<i>(Decomposição do efeito)</i>							
Região Rural	0.873*** (0.005)	1.005*** (0.002)	0.686 (0.161)	0.819* (0.091)	0.719** (0.026)	0.857** (0.014)	0.248 (0.691)	0.403 (0.521)
Região Urbana	0.218 (0.332)	0.167 (0.410)	-0.165 (0.498)	0.028 (0.910)	0.145 (0.567)	0.089 (0.702)	0.329 (0.547)	0.684 (0.115)
Número de observações	1822	1822	460	460	1346	1346	215	215
R2 Ajustado	0.091	0.092	0.131	0.132	0.091	0.092	0.491	0.497
	<i>Probabilidade de ter sido esterilizada</i>							
	<i>Estimativas de diferenças em diferenças</i>							
Toda a amostra	-0.102*** (0.001)	-0.080** (0.011)	-0.034 (0.437)	-0.073* (0.094)	-0.060* (0.077)	-0.058 (0.125)	-0.062 (0.333)	0.000 (.)
	<i>(Decomposição do efeito)</i>							
Região Rural	-0.088** (0.043)	-0.046 (0.322)	-0.101** (0.010)	-0.145*** (0.006)	-0.053 (0.277)	-0.050 (0.349)	-0.062 (0.335)	0.000 (.)
Região Urbana	-0.110*** (0.001)	-0.093*** (0.007)	-0.005 (0.929)	-0.044 (0.357)	-0.065 (0.101)	-0.060 (0.168)	-0.062 (0.335)	0.000 (.)
Número de observações	1848	1822	468	460	1367	1346	240	86
R2 Ajustado	0.386	0.407	0.204	0.255	0.410	0.432	0.066	0.695
	<i>Controles</i>							
Controles de desejo	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles sócio-econômicos	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de fecundidade	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Controles de trabalho	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

**Nota 1:** A tabela 8 apresenta as estimativas de diferenças em diferenças para o número ideal de filhos desejado pelas mulheres considerando a base construída através do pareamento por escores de propensão. Cada coluna da tabela apresenta uma estimação por mínimos quadrados ordinários da equação 2 considerando diferentes grupos de tratamento e comparação. Os p-valores robustos obtidos através de uma matriz de covariância clusterizada são apresentados entre parênteses na área rural.

**Nota 2:** A estimação do escore de propensão é feita através de um modelo multinomial logístico na qual a variável dependente é o estado conjugal da mulher, que pode ser: Casada, concubina e separada. As variáveis independentes são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, esposa deseja ter mais filhos que o marido, idade, idade ao quadrado, anos corridos desde o primeiro casamento, número de filhos, idade contada em cinco em cinco anos, idade elevada ao cubo, anos de educação, quadrado dos anos de educação, anos de educação elevados ao cubo, foi à escola, primário completo, primário incompleto, ginásio completo, ginásio incompleto, 2o grau completo, 2o grau incompleto, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, possui rádio, possui Tv, anos corrido desde o primeiro casamento contados de 5 em 5 anos, mora na zona urbana, número de partos nos últimos 5 anos, conhece seu ciclo ovulatório, proporção de solteiras no cluster, marido estava presente durante a entrevista, outro homem presente, outra mulher presente e filhos presentes durante a entrevista.

**Nota 3:** Na regressão do número ideal de filhos os controles são os seguintes:

Controles de desejo são: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos, a mulher deseja ter mais filhos que o marido. Controles sócio econômicos: Possui rádio, Possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade e idade ao quadrado. Controles de fecundidade: Filhos vivos, partos nos últimos 5 anos, conhece métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, está grávida durante a pesquisa. Controles de mercado de trabalho: trabalha ou não, trabalha dentro ou fora de casa. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, Presença de outro homem, presença de outra mulher, presença de crianças durante a entrevista.

**Nota 4:** Na regressão da probabilidade de esterilização os controles são os seguintes:

Nota 3: Controles de desejo: Marido deseja ter mais filhos que a esposa, ambos desejam o mesmo número de filhos. Controles sócio-econômicos: Possui rádio, possui televisão, anos de estudo, não sabe ler, assiste à televisão semanalmente, sexo do chefe do domicílio, idade do chefe do domicílio, anos de união, idade, idade ao quadrado, idade agrupada em 5 em 5 anos, e tempo de moradia na residência atual. Controles de fecundidade: Número de crianças nascidas vivas, partos nos últimos 5 anos, conhecimento de métodos anticoncepcionais, conhece seu ciclo ovulatório, idade no primeiro parto, idade no primeiro casamento, tem dois filhos ou mais, tem três filhos ou mais, quatro filhos ou mais, 5 filhos ou mais, está grávida durante a entrevista. Controles de trabalho: Trabalha, trabalha em casa, recebe salário por seu trabalho. Controles da entrevista: Presença do marido durante a entrevista, presença de outros homens, presença de outras mulheres e presença de outras crianças no momento da entrevista.

Fonte: PNDS 1991 e 1996

Com esses novos grupos de controle e comparação, rodo mais uma vez a regressão 1, cujos resultados são apresentados na tabela 17.

A interpretação da significância estatística dos efeitos encontrados nesse exercício de matching, contudo, deve ser feita com certa cautela, uma vez que não estamos levando em conta, no momento de construção da nova base emparelhada, a probabilidade de seleção de cada mulher casada. Os coeficientes, entretanto, não são afetados pela probabilidade de seleção dessas mulheres.

Os resultados das regressões lineares feitas a partir dessa nova base confirmam os resultados anteriores (tabela 16). O efeito médio da lei é de um aumento de 0,43 filhos por mulher, e uma queda de aproximadamente 8 pontos percentuais na probabilidade de que uma concubina venha a se esterilizar. Decomponho também o efeito entre mulheres que moram nas regiões rural e urbana. Os resultados são muito próximos dos encontrados anteriormente, tanto na significância estatística dos parâmetros estimados como em sua magnitude. O efeito médio sobre concubinas da área rural com mais de 5 anos de anos de união e um filho em comum com o atual esposo é de 0,86 filho por mulher, enquanto que entre aquelas com menos de 5 anos de união é de 0,82 filho (p-valor de 9,1%).

Já em relação à esterilização feminina, a Lei do concubinato gera uma redução média de 9,3 (significante a 1%) pontos percentuais na probabilidade de que uma concubina da área urbana tenha sido esterilizada. Entre aquelas com menos de 5 anos de união, o efeito negativo aparece na área rural, com uma redução de 15 pontos percentuais (significante a 1%). Repetimos o exercício também para as concubinas sem filhos e com menos de 5 anos e união, o grupo placebo. Nenhuma estimativa foi significativa a 10% (tabela 16).

## 8. Conclusão

No último dia do ano de 1994, o presidente Itamar Franco sancionou a lei nº 8.971/94, que viria a ser popularmente conhecida como a Lei do Concubinato. Segundo a Lei, mulheres separadas de uniões informais passaram a ter o direito de requerer uma pensão alimentícia a seus ex-companheiros, como se fossem legalmente casadas.

As uniões consensuais são comuns na América Latina, e estão intimamente relacionadas ao grau de pobreza do local de moradia do casal. Através do experimento natural proporcionado pela Lei do Concubinato, comparei as intenções de fecundidade de mulheres concubinas e mulheres casadas por meio da metodologia de diferenças em diferenças. Como resultado, encontrei um aumento da fecundidade desejada por concubinas e uma conseqüente diminuição da probabilidade de que estas venham a se esterilizar. Na área rural do Nordeste brasileiro, o efeito do aumento do número de filhos desejado aumenta em aproximadamente 1 filho por casal.

A decomposição do efeito encontrado permanece quando substituímos a quebra de área rural e urbana por outros indicativos de pobreza do domicílio. Isso indica que os resultados encontrados de fato se devem à promulgação da Lei do Concubinato. Segundo a lei, o cônjuge menos favorecido financeiramente tem direito a requerer pensão alimentícia caso passe por dificuldades.

Uma vez que a lei do Concubinato garante uma pensão alimentícia no caso de separação, o risco associado a ter um filho a mais diminui. Seja devido à maior estabilidade futura da relação ou à garantia de uma renda no caso de separação, é através da segurança trazida pela Lei que o desejo por um filho a mais aparece.

Esse trabalho enriquece a literatura sobre fecundidade e escolha do estado conjugal ao mostrar uma evidência de que a segurança contra o risco do divórcio pode ser um elemento importante na determinação da fecundidade, principalmente entre domicílios pobres, para os quais o custo de oficializar a união é extremamente alto. Tais resultados devem ser levados em conta por legisladores que desejem reformar a atual legislação matrimonial.

## Bibliografia

- [1] ALESINA, Alberto; GIULIANO, Paola (2006) “Divorce, Fertility and the Shotgun Marriage” NBER Working Paper 12375
- [2] AZEVEDO, Álvaro Villaça (2004) “União Estável: Jurisprudência, evolução legislativa e o novo código civil (Stable matrimonial union – jurisprudence, legislative evolution and new Civil Code)” *Revista CEJ*, 25 (8), 47-58
- [3] BAILEY, Martha J. (2006) “More Power to the Pill: The Impact of Contraceptive Freedom on Women's Life Cycle Labor Supply” *The Quarterly Journal of Economic* 121 (1), 289-320
- [4] BANKOLE, Akinrinola; WESTOFF, Charles (1998) “The Consistency and Validity of Reproductive Attitudes: Evidence from Marroco” *Journal of Biosocial Science* 30, 439-455
- [5] BECKER, Gary. (1995) “The Essence of Becker” editado por Ramon Febrero Pedro Schwartz, Standford University Press
- [6] BECKER, Gary. (1960) “An Economic Analysis of Fertility” *Demographic and Economic Change in Developed Countries: A Conference of Universities* -. Princeton University Press
- [7] BECKER, Gary (1981) *A Treatise on the Family* – Cambridge, MA, Harvard University Press
- [8] BEEGLE, Kathleen; FRANKENBERG, Elisabeth, THOMAS, Duncan (2001) “Bargaining Power Within Couples and Use of Prenatal and Delivery Care in Indonesia” *Studies in Family Planning* 32 (2), 130–146.
- [9] BEMFAM (1997): Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil.
- [10] BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana (2005) “ *Brazilian Fertility Regimes: Profiles of women below and above replacement levels*” XXV International Population Conference, mimeo
- [11] BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana (2003) “*Direitos Reprodutivos de Homens e Mulheres Face à Nova Legislação sobre Esterilização Voluntária*”, *Cadernos de Saúde Pública* 19 (2), 441-453.
- [12] BLINDER, Alan S. (1973): "Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates" *Journal of Human Resources*, 8, 436-455.
- [13] BLUNDELL Richard; COSTA DIAS, Monica; MEGHIR, Costas; VAN REENEN, John (2004) “Evaluating the Employment Impact of a Mandatory Job Search Assistance Program” *Journal of the European Economic Association* 2 (4), 569-606.
- [14] BOOGARTS, John (1990) “The Measurement of Wanted Fertility” *Population and Development Review* 16 (3), 487-506.

- [15] BRASIL (1973) LEI 6.015 de 31 de Dezembro de 1973 (Lei dos registros públicos) Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União.
- [16] BRASIL (1994) Senado Federal. Lei no. 8971, de 29 de Dezembro de 1994. (Lei do Concubinato) Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. Brasília, Diário Oficial da União
- [17] BRASIL (1997-a). Lei ordinária 9.263, de 12 de Janeiro de 1996. Regula o parágrafo 7 do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 ago de 1997
- [18] BRASIL (1997-b). Portaria 144, 20 de Novembro, 1997. *Diário Oficial da União*, 24 nov de 1997
- [19] BRIEN, Michael; Lillard, Lee; STERN, Steven (2006) "Cohabitation, Marriage and Divorce in a Model of Match Quality" *International Economic Review* 47 (2), 451-494.
- [20] BROWN, Meta; FLINN, Christopher J. (2007) "Investment in Child Quality Over Marital States" *Institute of Research on Poverty*, mimeo
- [21] BUMPASS, Larry; SWEET, James (1989) "National estimates of cohabitation" *Demography* 26(4), 615-25.
- [22] CAETANO, A. J.; POTTER, J. (2004) "Politics and Female Sterilization in the Brazilian Northeast". *Population and Development Review* 30 (1)79-108.
- [23] CHIAPPORI, Pierre-Andre; FORTIN, Bernard; LACROIX, Guy. (2002) "Marriage Market, Divorce Legislation, and Household Labor Supply" *Journal of Political Economy* 110 (1), 37-72.
- [24] DEL BOCA, Daniela (2003) "Mothers, Fathers and Children after Divorce: The Role of Institutions" *Journal of Population Economics* 16 (3), 399 -422
- [25] DREWIANKA, Scott (2006) "Divorce Law and Family Formation" forthcoming in the *Journal of Population Economics*
- [26] DUFFLO, Esther (2000) "Child Health and Household resources in South Africa: Evidence from the Old age Pension Program" *The American Economic Review* 90(2), 393-98
- [27] DNES, Anthony; ROWTHORN, Robert – Org. (2002) "*The Law and Economics of Marriage and Divorce*"- Cambridge, UK- Cambridge University Press
- [28] DEHEJIA, Rajeev; WAHBA, Sadek (2002) "Propensity Scores Methods for Nonexperimental Causal Studies" *The Review of Economics and Statistics* 84 (1), 151-61
- [29] FIELD, Erica (2003) "Fertility Responses to Urban Land Titling Programs: The Roles of Ownership Security and the Distribution of Household Assets" Harvard University, mimeo.
- [30] GAMA, Guilherme C. N. (2001) "*O companheirismo: Uma espécie de família*" 2ª Edição- São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- [31] GINTHER, Donna; POLLAK, Robert (2004) "Family Structure and Children's Educational Outcomes: Blended Families, Stylized Facts, and Descriptive Regressions" *Demography* 41(4),671-96
- [32] IBGE (2006) Estatísticas do Registro Civil 2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31.

- [33] ISLAM, M. Mazharul; BAIRAGI, Radheshyam (2003) "Fertility Intentions and Subsequent Fertility Behavior in Matlab: Do Fertility Intentions Matter?" *Journal of Biosocial Science* 35, 615-19
- [34] JOVANOVIC, Boyan (1979) "Job Matching and the Theory of Turnover," *The Journal of Political Economy* 87,972-99
- [35] LAM, David; SCHOENI, Robert (1993) "Effects of Family Background on Earnings and Return to Schooling: Evidence from Brazil" *The Journal of Political Economy* 101 (4), 710-40
- [36] LIEFBROER, Aart ; DOURLEIJN, Edith (2006) "Unmarried Cohabitation and Union Stability: Testing the Role of Diffusion Using Data From 16 European Countries" *Demography* 43 (2), 203-21
- [37] LUNDBERG, Shelly; POLLAK, Robert (1994). "Noncooperative Bargaining Models of Marriage"- *The American Economic Review* 84 (2),132-37
- [38] MARTÍN, Teresa C. (2006) "Consensual Unions in Latin America: Persistence of a Dual Nuptiality System" *Journal of Comparative Family Studies* 33 (1), 35-55.
- [39] MATOUSCHECK, Niko; RASUL, Imran (2006) The Economics of the Marriage Contract: Theories and Evidence, forthcoming, *Journal of Law and Economics*.
- [40] OAXACA, Ronald (1973): "Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets", *International Economic Review*, 14, 673-709.
- [41] PERPÉTUO, Igeez WAJNMAN, Simone(2003) . Socioeconomic correlates of female sterilization in Brazil. In: Maria Eugenia Cosio\_Zavala. (Org.). Poverty, fertility and family planning. Paris: CICRED 311-333.
- [42] PIZZOLANTE, Francisco Eduardo O.P.A. (1999) "*União Estável no Sistema Jurídico Brasileiro*" Editora Atlas, São Paulo.
- [43] PRITCHETT, Lant H. (1994) "Desired Fertility and Impact on Population Policies" *Population and Development Review* 20, (1), 1-55
- [44] RAO, V.J.; GREENE, M. (1993). "Marital instability, intra-household bargaining, and their implication for fertility in Brazil". *Population Research Center*, University of Chicago. Mimeo.
- [45] RANGEL, Marcos. (2006) "Alimony Rights and Intrahousehold Allocation of Resources: Evidence from Brazil" *The Economic Journal* 116 (513), 627-658.
- [46] RASUL, Imran (2006-a) "Household Bargaining Over Fertility: Theory and Evidence From Malaysia" forthcoming, *Journal of Development Economics*.
- [47] RASUL, Imran (2006-b) "Marriage Markets and Divorce Laws", *Journal of Law, Economics, and Organization* 22, 30-69.
- [48] RUTSTEIN, Shea O. (1998) Change in Desired Number of Children : A Cross Country Analysis of Levels and Correlates of Changes" *Demographic and Health Surveys Analytical Reports* 9, 1-35
- [49] SCHULTZ, Paul T. (1990) "Testing the Neoclassical Model of Family Labor Supply and Fertility" *The Journal of Human Resources* 24(4) 599-634
- [50] STEVENSON, Betsey; WOLFERS, Justin (2006) "Bargaining in the Shadow of the Law: Divorce Laws and Family Distress" *The Quarterly Journal of Economics* 121 (1), 267 -88

- [51] STEVENSON, Betsey; (2007) “The Impact of Divorce Laws on Marriage Specific Capital” *Journal of Labor Economics* 25 (1),75-93
- [52] TAN, Poo Chang; TEY, Nay Peng (1994) “Do Fertility Intentions Predict Subsequent Behavior? Evidence from Peninsular Malaysia” *Studies in Family Planning* 25 (4) 222-31
- [53] THOMAS, Duncan (1990) “Intra Household Resource Allocation: An Inferential Approach” *The Journal of Human Resources* 24(4),635 -64
- [54] THOMAS, Duncan; CONTRERAS, Dante; FRANKENBERG, Elisabeth. (2002) “Distribution of Power Within the Household and Child Health” , UCLA, mimeo.
- [55] WEISS, Yoram; WILLIS, Robert (1985) “Children as Collective Goods and Divorce Settlements.” *Journal of Labor Economics* 3(3), 268 -92.
- [56] WEISS, Yoram; WILLIS, Robert (1993) “Transfers among Divorced Couples: Evidence and Interpretation” *Journal of Labor Economics* 11 (4), 629-79
- [57] WEISS, Yoram; WILLIS, Robert (1997) Match Quality, New Information, and Marital Dissolution *Journal of Labor Economics* 15, 293
- [58] WESTOFF, Charles; BLANK Ann K.; NYBLADE, Laura (1994) “ Marriage and Entry into Parenthood” *Demographic and Health Surveys Comparative Studies* 10, 1-39
- [59] WOLFERS, Justin (2006), “Did Unilateral Divorce Raise Divorce Rates? A Reconciliation and New Results” *American Economic Review*, 96 (5).

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)